

Encantar a Vida com a Diversidade



Série

Trilhas
Educativas



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56 Encantar a vida com a diversidade / Carlos Rodrigues
Brandão... [et al.] – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
104 p. (Série Trilhas Educativas; livro 2)

ISBN 978-85-397-0991-5

1. Economia social. 2. Territorialidade humana. 3. Grupos
étnicos. 4. Juventude. 5. Democracia. I. Brandão, Carlos
Rodrigues. II. Série

CDD 23. ed. 334

Lucas Martins Kern CRB 10/2288
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS

Encantar a Vida com a Diversidade



Série

Trilhas
Educativas



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste



Expediente

Província Marista Brasil Centro-Norte
União Brasileira de Educação e Ensino

Diretoria-Geral

Ir. Ataíde José de Lima | *Provincial e Diretor-Presidente*
Ir. Adalberto Batista Amaral | *Vice-Provincial e Diretor-Secretário*
Ir. José Wagner Rodrigues da Cruz | *Diretor Vice-Presidente*
Ir. Renato Augusto da Silva | *Ecônomo Provincial e Diretor-Tesoureiro*
Ir. Iranilson Correia de Lima | *Conselheiro Provincial e Diretor*
Ir. José de Assis Elias de Brito | *Conselheiro Provincial e Diretor*
Ir. Joarês Pinheiro de Sousa | *Conselheiro Provincial e Diretor*

Superintendência Socioeducacional

Dilma Alves Rodrigues | *Superintendente*

Instituto Marista de Solidariedade – IMS

Shirlei Aparecida Almeida Silva | *Diretora*

Rizoneide Souza Amorim | *Coordenação das Publicações*
Roseny de Almeida

Carlos Rodrigues Brandão, Conceição Evaristo, Daniela Rueda, Euclides André Mance, Luigi Verardo, Manoel Vital de Carvalho Filho, Regilane Fernandes da Silva, Sandra Quintela, Shirlei A. A. Silva, Webert da Cruz
Produção Textual

Daniel Tygel | *Aportes ao Texto*

Arte em Movimento | *Projeto Gráfico, Diagramação, Revisão e Capa*

Tiragem: 2 mil exemplares
www.marista.edu.br/ims

Brasília, maio de 2017.

Sumário

Agradecimentos	5
Apresentação	10
Artigos	
<i>A ousadia de pensar e fazer acontecer a economia do cuidado</i>	15
<i>Criadores de um futuro humanizado, de acordo com o pensamento de Carl Rogers</i>	25
<i>Bem viver e Economia Solidária</i>	31
<i>Autogestão</i>	41
<i>Território e Economia Solidária: relações importantes para a construção do desenvolvimento sustentável no Brasil</i>	53
<i>Mulheres e Economia Solidária</i>	67
<i>Mulheres negras – nossos passos vêm de longe...</i>	75
<i>A juventude na Economia Solidária: reflexões sobre engajamento e participação</i>	83
<i>A estratégia democrático-popular</i>	91

Agradecimentos

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. O que vale na vida não é o ponto de partida, e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”

Cora Coralina

Querida gente brasileira, em especial mineiros, capixabas, cariocas e paulistas, estamos finalizando um ciclo de oito anos (2009 – 2017) na execução dos Projetos Centros de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária da Região Sudeste – Rede CFES Sudeste. Foi um período de muito aprendizado e muita construção coletiva no universo da educação na perspectiva da Economia Solidária. Nessa caminhada, trilhamos e ressignificamos nossas atitudes e demos o nosso melhor para fazer acontecer a tão sonhada formação em Economia Solidária em diferentes territórios destes quatro estados – Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Espírito Santo (ES).

Foi uma caminhada de muitas alegrias, mas também muito desafiadora, com vários percalços ao longo dela. Nesse período, celebramos a passagem e ressurreição do nosso querido colega Wilson Roberto, a quem dedicamos estas publicações. Wilson esteve presente no CFES, inicialmente, insistindo na missão e nos fazendo sonhar, acreditar e realizar. O seu sonho se tornou nosso e foi para muito mais além de um simples projeto. Traçamos novas trilhas de um Centro de Formação com sentido, avançando na construção de uma sociedade solidária, justa e partilhada para todas as pessoas, na qual a alegria, a mesa farta, a crítica construtiva e a partilha dos sonhos e ideais fossem uma constante.



Wilson Roberto

Nossa gente, temos muito para agradecer, primeiramente aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária – Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária; FCP – RJ (Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro), Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo, que estiveram em todos os momentos, lado a lado, nessa construção: recebam a nossa profunda gratidão. Materializaram-se nesse tempo e caminhada os Núcleos Temáticos Regionais (Educação Popular, Finanças Solidárias, Comercialização Solidária e Redes de Colaboração Solidária).

Na produção teórica, agradecemos às autoras e aos autores que, a partir do vivido nos processos educativos, nos ajudaram a ampliar os nossos horizontes e se desdobraram na produção dos textos que enriqueceram a Série Trilhas Educativas, tais quais: Ana Luzia Laporte (Analu), Carlos Rodrigues Brandão, Conceição Evaristo, Daniela Rueda, Denizart Fazio, Diego Veiga, Euclides Mance, Lia Tiriba, Luigi Verardo, Manoel Vital de Carvalho Filho, Pedro Otoni, Regilane Fernandes, Sandra Quintela, Thais Mascarenhas e Webert da Cruz.

Por último, mas com igual importância, registramos o nosso agradecimento aos queridos Irmãos Maristas da Província Marista do Brasil Centro-Norte, herdeiros do sonho de Marcelino Champagnat, que com sua generosidade colocaram a instituição a serviço da vida, na luta pelos direitos humanos, na promoção da Economia Solidária e na gestão dessa parceria.

E, para finalizar, estamos convictas de que a colheita desse período se fortalecerá na militância de cada educadora(o) dos coletivos estaduais, dos fóruns e redes que darão continuidade à caminhada para além de um projeto, e certas de que estas publicações chegarão a locais onde os nossos pés não nos levaram, mas que os nossos sonhos já anunciavam. Que a construção de uma sociedade solidária, já despontando no horizonte, rompendo toda a opressão de um sistema em agonia, ganhe novo alento e força para brilhar no céu deste nosso Brasil. Continuaremos nos encontrando na militância do movimento de Economia Solidária e defendendo a democracia e a garantia ao trabalho associado no nosso país.

Economia é todo dia, a nossa vida não é mercadoria!



Rizoneide Souza Amorim
Analista Social de Referência



Shirlei A. A. Silva
Diretora do IMS

Apresentação da Série Trilhas Educativas

Como fruto desses anos de construção coletiva, apresentamos a **Série Trilhas Educativas**, que contém 2 livros, 4 cadernos, 6 vídeos e 6 fôlderes/cartazes e 1 *banner* com os diferentes temas abordados na trajetória da Rede CFES Sudeste, conforme descrição abaixo:

- ✍ Livro I – Que história é essa de capitalismo? Existem outras formas de encantar a vida social – esse livro aborda de forma simples e didática a trajetória dos modos de produção – tribal, tributário, escravista, feudal, capitalista e as perspectivas de superação do capitalismo, apresentando novas formas de produção na perspectiva da Economia Solidária. A partir desse livro, temos cadernos que vão tratar das bandeiras da Economia Solidária.
- ✍ Caderno 1: Encantar a Vida com a Educação Popular e a Economia Solidária – aborda a Educação Popular, o encontro da Educação Popular e a Economia Solidária, as diretrizes político-metodológicas, e finaliza com várias práticas e metodologias de Educação Popular.
- ✍ Caderno 2: Encantar a Vida com a Organização da Produção, Comercialização Justa e Solidária e Consumo Responsável – aborda a organização da produção, comercialização e o consumo na perspectiva da Economia Solidária, com metodologias práticas para lidar com temas fundantes da Economia Solidária.
- ✍ Caderno 3: Encantar a Vida com as Finanças Solidárias – trata da economia e finanças solidárias e apresenta as diferentes modalidades do tema: clubes de trocas, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário e bancos comunitários.

- ✍ Caderno 4: Encantar a Vida com as Redes de Colaboração Solidária – apresenta o debate conceitual sobre as redes solidárias, como organizá-las e os procedimentos internos da organização de redes.
- ✍ Livro II – Encantar a vida com a diversidade – trata-se de uma coletânea de artigos com temas que são transversais para a Economia Solidária e que sempre foram abordados nos processos educativos no âmbito do CFES Sudeste. Os principais temas dessa publicação são: autogestão, cultura, bem viver, juventudes, mulheres, território e raça/etnia.

Esta sistematização que entregamos ao movimento de Economia Solidária é resultado da concretude do fazer do CFES ao longo desses anos da construção coletiva, de muitas pessoas e instituições – às quais somos profundamente gratas pela parceria –, que somaram conosco ao longo dos oito últimos anos para fazer acontecer a Rede CFES Sudeste.

Boa leitura!

Equipe IMS



Apresentação

***“E a vida... é o sopro do criador,
numa atitude repleta de amor¹.”***

A vida, esta manifestação maravilhosa, “esse mistério profundo”, sem explicação lógica, nem mesmo pela ciência, nos seus mais variados campos de estudo, é, ao mesmo tempo, uma interrogação permanente, e, também, o que demonstra a existência da espécie humana e dos mais que humanos. Uma infinidade de seres que habitam a Terra. Para surgir e se manter pulsante, a vida necessitou, intrinsecamente, da diversidade que a compõe, em seus mais diferentes aspectos, ambientes, matéria, materiais, organismos, simples e complexos, unos e diversos. Portanto, o olhar para compreensão e abordagens dessa pluralidade precisa ser amplo e, ao mesmo tempo, capaz de captar esse maravilhoso espectro plural na sua inteireza e nas suas infinitas conexões plenas e pujantes.

É com essa perspectiva, una e diversa, que devemos ver a Economia Solidária. Para compreendê-la na sua dinâmica e riqueza de processos, são necessárias diferentes abordagens e pontos de vista diversos. Nesse sentido, tivemos a alegria de contar com uma rede de pessoas amigas de longa data, que trilharam muitos caminhos conosco. Várias delas estiveram envolvidas na construção da Rede Centro de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária da Região Sudeste – Rede CFES Sudeste. Foram muitas mãos envolvidas na escrita dos diferentes temas e perspectivas que se fizeram presentes, de alguma maneira, durante os

últimos oito anos dos Projetos CFES na região. Dentro desta coletânea, essas companheiras e companheiros trazem diferentes abordagens que foram temas das oficinas, cursos, seminários, encontros, reuniões do Projeto, e, agora, servirão às (aos) educadoras (es) populares que atuam com Economia Solidária nas suas reflexões junto aos seus coletivos.

Na primeira reflexão abordada no livro, Shirlei Silva revela A OUSADIA DE PENSAR E FAZER ACONTECER A ECONOMIA DO CUIDADO. Na sequência, o querido Carlos Rodrigues Brandão nos brinda com uma releitura de Carl Rogers em um texto instigante: CRIADORES DE UM FUTURO HUMANIZADO. O Euclides Mance, por sua vez, nos apresenta, com maestria, a perspectiva do BEM VIVER E ECONOMIA SOLIDÁRIA. Então, o histórico Luigi nos convida a reviver a AUTOGESTÃO, um dos temas fundantes do movimento da Economia Solidária no Brasil e no mundo. Regilane Fernandes e Manoel Vital Filho vão nos ajudar a fincar os pés e o coração no TERRITÓRIO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES IMPORTANTES PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. A Sandra Quintela nos convoca a ver com os olhos das MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA. Já Conceição Evaristo, em uma narrativa de rara beleza, nos interpela a compreender que os NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE..., revelando a luta das mulheres negras neste país. Com igual relevância, os jovens Webert Elias e Daniela Rueda nos trazem no seu olhar A JUVENTUDE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: REFLEXÕES SOBRE ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO. Para finalizar esta preciosa coletânea de artigos, o Euclides Mance nos oferece, com clareza, A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR no cenário atual.

Dilma Alves Rodrigues

Superintendente Socioeducacional
Província Marista Brasil Centro-Norte





A ousadia de pensar e fazer acontecer
a economia do cuidado





A ousadia de pensar e fazer acontecer a economia do cuidado

Shirlei A. A. Silva

*“Escuta, escuta, o outro, a outra já vem
Escuta, escuta, cuidar do outro faz bem
Desde o tempo em que nasci
Logo aprendi algo assim
Cuidar do outro é cuidar de mim
Cuidar de mim é cuidar do mundo!”*

Ray Lima

Somos filhas e filhos do amor profundo. Nós, seres humanos, existimos porque cooperamos. Somos seres frágeis em comparação com muitos dos nossos companheiros de jornada no planeta Terra. Somos uma das espécies que mais dependem de apoio e solidariedade ao longo da sua existência. Precisamos visceralmente logo após o nosso nascimento que outra pessoa humana nos acolha, cuide, aqueça e nutra com alimento, calor e afeto.

Desde a concepção até o nosso último suspiro, desencadeamos um processo amoroso e cuidadoso, no qual cada célula do nosso corpo nasce em constante diálogo e cooperação com o todo, cresce e se desenvolve em interações constantes. Após o nascimento, na continuidade do seu desenvolvimento, o ser humano continua precisando de cuidados generosos, muita delicadeza, carinho, abraços calorosos e olhares ternos, sorrisos, ombros amigos para as horas de tristeza, dor e alegria. Isso nos faz viver e ser um organismo vivo único, um ser humano.

A história da vida humana no planeta Terra é um milagre. Movidos pela necessidade, fomos partilhando saberes, experiências. E, por meio da cooperação, fomos desenvolvendo pequenos núcleos familiares, tribos, aldeias, cidades. Mas ainda somos um projeto inacabado, seguimos sendo formados na relação com os outros seres humanos e com os demais seres vivos no planeta. Não temos uma programação predestinada impressa no nosso DNA, podemos escrever a nossa própria história, criar nosso caminho, inventar as nossas próprias trilhas, definir o nosso destino.

Nesta jornada cósmica, com total liberdade e a ousadia de nos questionar e questionar o mundo, desenvolvemos artes, pintura, escultura, poesia, bem como as ciências e a filosofia. Buscamos aprimorar e criar sentido no nosso existir continuamente indagando: quem somos? De onde viemos? Para onde vamos?

Entre as tentativas humanas, no seu autoconhecimento e também na construção de processos organizativos da vida em sociedade, criamos várias ciências que nos ajudaram a construir respostas para o nosso convívio, entre elas criamos a economia.

“Economia” é um substantivo feminino, o elemento “eco” vem do grego οἰκονομία (de οἶκος, translit. oikos, 'casa' + νόμος, translit. nomos, 'costume ou lei', ou também 'gerir, administrar': daí "regras da casa" ou "administração doméstica")¹. Na sua origem, portanto, economia é a arte de bem administrar a casa. “Solidária”, que é um adjetivo, também feminino, vem do francês *solidaire*, “interdependente, completo, inteiro” e do latim *solidus*, “firme, inteira, completa”, que acrescenta, qualifica o substantivo “economia”.

Economia Solidária, portanto, se constitui por princípios e práticas fundadas em relações interdependentes, sólidas e altivas de colaboração, trocas e partilhas, apoiadas em um princípio matrilinear em que as relações entre os seres humanos são horizontais, fundadas no reconhecimento da outra pessoa como parte de mim e do todo. Essas práticas, por sua vez, são inspiradas

¹Harper, Douglas (novembro de 2001). «Online Etymology Dictionary Economy» (HTML) (em inglês). Consultado em 27 de julho de 2010.

por valores culturais que colocam o cuidado com a casa comum, portanto com a vida em todas as suas dimensões, expressões e formas e a promoção da felicidade da pessoa humana e suas coletividades, como sujeitos e finalidade da atividade econômica, cultural e política.

Então, se economia é o cuidado com a casa, a gestão da casa, na construção de regras e procedimentos para o bom convívio entre aqueles que nela habitam, não precisava agregar outros sentidos, como temos feito, tais como solidária, colaborativa, de comunhão, entre outras.

A necessidade de resgatar, ampliar ou de dar novo sentido às palavras que nominam o nosso fazer vem do fato que estamos enquanto espécie em uma grande encruzilhada, pois parte da espécie humana criou um processo estéreo, opressivo, baseado na escassez, que tem como base fundante o medo, a destruição e a guerra. Esse processo gerou um sistema socioeconômico que visa à acumulação e à exploração dos seres humanos e do planeta como um todo, conduzindo a humanidade na contramão da sua essência do cuidado e da solidariedade.

Como disse Leonardo Boff no 1º Fórum Mundial de Espiritualidade:

“Como nunca antes, o destino grita por uma mudança de direção. O planeta Terra é a nossa casa. Ele e nós estamos em risco. Precisamos de um novo olhar para rasgar o horizonte de uma esperança mais plena que a nossa cultura atual. Precisamos de uma ética que imponha novas relações com a natureza.”

Esse clamor é urgente, precisamos mudar os rumos que tomamos e perceber que o sistema socioeconômico e político que a humanidade adotou está na contramão de todo o caminho natural que o planeta e a humanidade vêm trilhando por séculos.

Inúmeras comunidades ao redor do globo, percebendo este grave momento, tomam para si um desafio: acordar a nossa memória adormecida e tomar posse e consciência de que somos seres primordialmente cooperativos, solidários e amorosos. Essa é a nossa essência primeira.

Se compreendermos isso enquanto humanidade, podemos reorganizar a nossa sociedade para que ela seja cada vez mais atenciosa e amorosa: os indivíduos, os arranjos sociais, as famílias ou as organizações. Para isso, precisamos também de uma economia que seja atenciosa, amorosa e cooperativa, recuperando o que somos e redirecionando os processos que criamos para organizar o convívio na nossa casa comum. Uma economia que mostre que temos condições de produzir alimentos, abrigo, afeto e felicidade para todos os seres que habitam o planeta. Com coragem de denunciar que a ideia de escassez é falsa. Somente vai existir escassez se a opção de alguns for a acumulação, portanto a saída está na partilha livre, na colaboração mútua e na amorosidade.

Ao lembrarmos quem somos verdadeiramente, recordamos que a economia é por essência solidária, e não a poupança baseada na lógica da escassez e do medo de faltar, em que os corações oprimidos e assustados não pulsam em sintonia rítmica, levando as pessoas a estar isoladas, ilhadas e sozinhas. Percebemos que neste momento histórico que estamos vivendo algo está surgindo, vindo à tona novamente: a memória do humano² está sendo despertada.

Existem pesquisas e levantamentos que apresentam evidências arqueológicas e históricas que provam ter havido, anterior a 4.000 anos, sociedades pacíficas e igualitárias organizadas em torno da cooperação e do respeito por todos, inclusive pela natureza³.

²Humano vem de húmus, que significa terra adubada e nos lembra das amigas minhocas, que, na sua simplicidade, são seres por excelência que ajudam a terra a ter vida, a respirar.

³EISLER, Riane. O Cálice e a Espada: nosso passado, nosso futuro, São Paulo: Palas Athena, 2007.

Imaginemos cidades que não tinham muros nem opressão. Essa é nossa história, é dela que não podemos nos esquecer. Para não esquecermos, é preciso recontar a história a partir da óptica das mulheres, dos indígenas, dos povos que organizam sua sociedade baseados no cuidado, no diálogo e no bem viver, e ouvir o que eles dizem.

A memória humana, numa respiração significativa e consciente está sendo acordada. Os seres humanos estão lembrando quem são de fato e várias iniciativas cuidadosas estão sendo despertadas, criadas ou recriadas. São centenas e milhares de pequenas luzes que estão sendo acesas, estamos retornando à magia do círculo em volta do fogo sagrado, formando rodas, que permitem olhar nos olhos uns dos outros, umas das outras, reconhecendo a essência do que somos formados e formadas. E, então, em liberdade, respeito e solidariedade, podemos novamente dançar a dança da vida, honrando o sagrado em nós.

Sabemos que qualquer mudança de algo que já está estabelecido causa algum tipo de insegurança. E aparentemente as novidades e os novos paradigmas trazem em si algum desconforto ou mesmo uma sensação de ameaça ou de perigo.

E é realmente necessário sair da zona de conforto que ainda estamos vivendo, com padrões de consumo que são insustentáveis, em relações entre os gêneros opressores e machistas, em que encontramos famílias castradoras e organizações imaturas, que somente pensam em maximizar o lucro, acumular capital, explorando trabalhadoras e trabalhadores e o planeta por excelência.

Nessa construção, será fundamental que as pessoas, os coletivos, as famílias, as comunidades se questionem: o que estou fazendo da minha vida? Onde estou colocando a minha energia vital? Em que estou investindo a minha inteligência? O fruto do que faço faz algum sentido? O que faço e promovo está dialogando com a necessidade do planeta neste momento? As minhas relações (pessoais, profissionais) são de fato amorosas e respeitosas, nelas eu me sinto valorizada e valorizo as outras pessoas?

Essas são perguntas existenciais e que neste momento são fundamentais para a manutenção da vida. Se tivermos a coragem de realmente ouvir o nosso coração, pode ser que as respostas sejam muito duras, mas podem também já engendrar novas posturas e construções coletivas, com a essência do humano, e trazer uma profunda libertação de prisões e opressões autoimpostas.

As trabalhadoras e os trabalhadores do movimento de Economia Solidária devem ter em mente que esse é um caminho que leva a um modo de vida político, ético e cotidiano, no qual as perguntas anteriores são necessárias e devem fazer parte dos processos avaliativos, tanto das pessoas quanto das organizações.

O cuidado com a casa comum ocorre em todas as esferas, tanto na vida pessoal quanto na profissional, ou seja, é uma forma de dar sentido à existência humana, mostrar a sua forma de ser e estar no mundo, clamando por coerência no discurso alinhado na práxis, na prática. Portanto, uma alternativa para criar a economia do cuidado é a ousadia de pensar, porque o sistema que engendramos leva à negação do pensamento crítico.

Ao ousar pensar, vão surgindo novas relações, cada vez mais verdadeiras entre as pessoas e entre essas pessoas e a natureza. Vamos nos reconectando ao essencial.

Com isso, proporcionaremos diálogos verdadeiros e a coragem e a liberdade de rir de nós mesmos, trazendo a dimensão da poesia e da estética para a vida cotidiana.

A economia de comunhão só tem sentido se ela for enraizada ao território. A organização do consumo local rompe com as multinacionais, valoriza a pequena produção, redireciona a renda. E toda a energia que a comunidade produz para ela mesma gera novas perspectivas, novos serviços e produtos a partir da necessidade real da própria comunidade. E é, portanto, a maior revolução que podemos fazer agora.

Precisamos repensar o nosso consumo. E, para tal, é preciso ter coragem, uma vez que isso implica mudar toda a nossa forma de organizar a vida, priorizando a agricultura familiar e camponesa, os artesanatos e roupas da feira, incentivar feiras de trocas, bancos do tempo, comunidades que sustentam a agricultura (CSA), a produção artesanal, etc. Isso implica em questionar a pulsão de cada vez ter mais e mais e mais.

A epígrafe no começo deste tópico é uma cantiga, uma poesia de Ray Lima: “Cuidar do outro é cuidar de mim”. Esta é a certeza da nossa existência: todo ser que vem a este planeta tem a certeza do acolhimento.





CRIADORES DE UM FUTURO HUMANIZADO,
de acordo com o pensamento de Carl Rogers





CRIADORES DE UM FUTURO HUMANIZADO, de acordo com o pensamento de Carl Rogers

Carlos Rodrigues Brandão

Nos meus tempos de estudante de psicologia, Carl Rogers foi um pensador tão importante quanto Paulo Freire. Mas, como ele era norte-americano e não declaradamente “de esquerda”, naqueles tempos a gente não podia dizer isso abertamente.

Em páginas do seu livro **Em busca da vida**, ele procura descrever como a seu ver seriam as “novas pessoas criadoras de um mundo completamente revolucionário de amanhã?”. Transcrevo aqui a síntese que fiz de suas ideias.

Quem afinal são essas pessoas?

Elas experimentam viver as suas vidas não como uma sequência incontrolada de fatos e acontecimentos, mas como um ativo processo de construção-de-si-mesmo. Vivem a vida como um fluxo de energia, como uma permanente possibilidade de transformação. A fixidez e a ausência de um sentido fluido e ascendente do viver não são parte de suas experiências.

Elas buscam viver uma relação harmônica com a natureza (Rogers usará a palavra “confortável”). Sentem-se parte e partilha do mundo natural e “a ideia de ‘conquista da natureza’ é um conceito a que são avessos”.

Elas acreditam que o exercício de qualquer forma de poder colonizador sobre os outros é apenas uma forma disfarçada ou não de conquista e apropriação indevida. São, portanto, avessas a qualquer alternativa de domínio-sobre-o-outro, e agem no sentido de potencializar cada outra pessoa e compartilhar com ela um poder socializado entre empreendimentos corresponsavelmente coletivos.

Elas procuram experimentar as suas relações sociais com os outros como um acontecer derivado de suas relações com a própria natureza. Assim, agir “naturalmente” tem para elas um duplo sentido: agir de forma correspondente a como se age como e com a natureza, em busca de seguir o seu fluxo e compartilhar sua ordem... natural; agir tomando o outro como um ser habitante do mesmo mundo e da mesma ordem natural da vida de que por igual sou uma dimensão.

Elas procuram, como seres que sentem, pensam e agem, saltar para fora dos muros de um mundo dual, compartimentalizado e reducionista de diferenças. Um mundo que opõe o corpo e a mente, a mente e o espírito, a ciência e a arte, o homem e a mulher, o “meu” e o “de outros”. Em lugar disso, elas se empenham no sentido de alcançar uma totalidade de vida experienciando o pensamento, o sentimento, a energia física, a energia psíquica, a energia curadora e tudo o mais de forma integrada.

Elas buscam viver para além do domínio do ter, em busca de uma vida cada vez mais aberta à experiência do ser e do compartilhar. São pessoas para quem a experiência da gratuidade é superior a qualquer desejo utilitário de ganho ou proveito individual. São pessoas em que a partilha através da troca e da dádiva parece render muito mais satisfações do que o desejo do ganho e da acumulação material de bens e de poderes.

Elas estão em constante busca de superação, de ir-além, sem forçar, no entanto, a ordem harmônica natural do curso da vida e de suas vidas. São pessoas para quem a experiência de uma vida interior possui um sentido de orientação fundamental do destino e

do dia a dia. São pessoas que não fogem a se reconhecerem como seres crescentemente espirituais (o termo é de Rogers). São pessoas abertas a experimentar estados crescentes de uma vida criativamente consciente e até mesmo transconsciente e transpessoal.

São pessoas que, mesmo quando essencialmente ativas e produtivas (no bom sentido desta palavra), estão abertas a experiências derivadas da criação de silêncio interior, de meditação e de busca cotidiana de transcendência. “Querem encontrar um significado e objetivo de vida que transcenda o indivíduo”. **Rogers, 1983: 16.**

Elas são pessoas ao mesmo tempo equilibradas e radicalmente abertas ao novo. Abertas a novas alternativas e a novas experiências. Estão propensas a aprender sempre o que não sabem ainda e a reformular modos de ver, de sentir, de pensar, de agir e de viver. São pessoas que não temem arriscar o que possuem em segurança, em nome do que pode ser um salto em direção tanto ao desconhecido quanto à superação generosa de si mesmas.

Elas são pessoas abertas tanto à autocrítica quanto à crítica dos outros. Mesmo quando seguras de quem são e de como pensam e vivem, gostam de lidar com modos diferentes de experimentar tudo como elas próprias experienciam. São avessas a qualquer forma de dissimulação e de perda de busca de verdades em nome do encontro com retóricas de mero “convencimento do outro”. Qualquer forma de fundamentalismo é extremamente negada por elas. Qualquer modalidade de diálogo é um caminho por onde querem viajar.

Elas são pessoas afetiva e ativamente motivadas ao outro. São pessoas essencialmente interessadas nos seus outros. São pessoas que, sem se perderem fora de si mesmas, estão sempre abertas à acolhida de outras pessoas. São avessas a estabelecer relacionamentos íntimos restritos a círculos de “escolhidos”. Estão sempre abertas a serem úteis-aos-outros. Buscam no outro não uma utilidade para si, mas uma partilha entre iguais diferenciados.

O desejo de “levar vantagem” em qualquer relação é totalmente avesso à sua busca de partilhas.

Elas tendem a ser crescentemente arredias a instituições, normas, modos de vida regidos por estruturas rígidas, por preceitos irremovíveis, por prescrições impostas de cima para baixo, por regulamentos colocados acima da criatividade, de generosidade e da solidariedade entre pessoas e seus propósitos.

Assim, elas são pessoas que confiam mais no consenso criado através da partilha e do diálogo do que em critérios e códigos reconstruídos e impostos desde fora, por mais justos e adequados que possam parecer. São pessoas que preferem errar buscando construir os seus caminhos do que caminhar com uma segurança imposta pelas setas de indicação rígidas de instâncias pessoais ou institucionais de poder. “Fazem seus próprios julgamentos morais, mesmo que desobedeçam abertamente a leis que consideram injustas”. **1983: 17**

Deixemos que Rogers complete a série com as suas palavras:

“Suas vidas são construídas sobre uma filosofia consistente – uma confiança básica na natureza construtiva do organismo humano, um respeito pela integridade de cada pessoa. Uma crença na ideia de que a liberdade de escolha é essencial para uma vida plena, uma crença de que a comunicação harmoniosa entre indivíduos pode ser facilitada, um reconhecimento de que a experiência de comunidade íntima é essencial a uma boa vida.” **1983: 17.**

Essa pequena síntese realizada por mim pode ser encontrada em:

ROGERS, Carl (et all)

Em Busca da Vida

1983, Summus Editora, São Paulo



Bem viver e Economia Solidária





Bem viver e Economia Solidária

Euclides André Mance

Introdução

Em 1998, na reflexão teórica sobre as práticas de Economia Solidária, surge no Brasil o conceito de bem viver, que se difunde nos anos seguintes em países da América Latina como referência para a práxis de libertação.

Surge como um dos conceitos centrais na estratégia de organização de redes colaborativas solidárias, visando à superação da formação social capitalista, de seu modo de produção e de seu sistema de intercâmbio.

Em 2007, o conceito chegou ao debate constitucional do Equador, sendo a Economia Popular e Solidária reconhecida pelo Estado como setor econômico, afirmando a Constituição “uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o bem viver, o *sumak kawsay*”. O termo *buen vivir* aparece 21 vezes nessa Constituição.

Em 2010, o bem viver foi considerado elemento constitutivo de uma nova agenda internacional pela organização do Fórum Social Mundial.

Bem viver e libertação

No seio da filosofia da libertação, a expressão bem viver aparece em 1998 na elaboração do livro *A Revolução das Redes*, e se refere a um modo ético de realização das liberdades públicas e privadas. Há, classicamente, dois ramos de fundamentação da ética na história da filosofia. Um é formal e se concentra na prática do bem. Outro é material e se foca na proteção da vida. Mas, em situações-limite, ambas as posições levam a paradoxos, tais como matar para proteger o bem ou praticar o mal para proteger a vida. Algumas consequências históricas dessas abordagens foram trágicas para a luta de libertação das classes trabalhadoras.

Frente ao problema de fundamentação da ética, a ética do discurso propõe partir do diálogo racional entre os participantes de uma comunidade e chegar ao acordo comunicativo entre seus membros para definir o que é justo em seu interior. Mas como dialogar com o cínico, se de antemão ele não aceitará como justo senão o que atenda ao seu interesse privado? Como alternativa, a ética da libertação, de Enrique Dussel, propõe como fonte da ética partir da palavra interpelante dos afetados, dominados e excluídos – na sua condição de ser outro – em relação ao que seja decidido como ético no seio dessas comunidades. Mas como saber se o afetado, o dominado e o excluído também não passam a agir de modo cínico em algum momento? Como superar, pois, essas abordagens e saber se as liberdades públicas e privadas estão sendo realmente exercidas de maneira ética?

Questionando essas diferentes abstrações sobre a vida, o bem e a ética, tomando em conta as condições necessárias ao real exercício das liberdades, podemos afirmar que o viver de cada ser vivo requer fluxos materiais e semióticos. O viver de um ser humano, por exemplo, requer fluxos ecológicos, econômicos, de afetos, de poder, de conhecimento, educação, informação, comunicação e tantos outros, sem os quais não se realiza o viver humano propriamente dito.

Da mesma forma, não existe transcendentemente o bem, preservado em algum lugar como um padrão ideal e imutável do que deve ser feito por todas as pessoas em todas as partes do universo, porque a ideia do que é o bem igualmente muda ao longo da história, interpretada dialogicamente no seio das diferentes línguas e culturas. Não fosse assim, haveria o imperialismo cultural de um povo que imporia sua cultura a respeito do bem como a melhor existente por sobre todos os outros.

Assim, ao considerar a realização das liberdades públicas e privadas, que tanto pode ocorrer de forma opressiva como libertadora, afirma-se criticamente como objetivo da práxis de libertação a realização mais ampla possível do bem viver de cada pessoa e de todos os povos, considerando-se, entre outros aspectos, os fluxos materiais, de poder e de conhecimento necessários à sua realização.

Desse modo, a proteção e promoção das liberdades eticamente exercidas é o que está na base da noção de bem viver. Há, ao menos, quatro condições para sua realização e expansão.

A primeira são os fluxos materiais do bem viver. Tanto os fluxos ecológicos como os fluxos econômicos são condições necessárias para a realização das liberdades públicas e privadas. Se não tivéssemos essas condições materiais minimamente atendidas, não poderíamos viver e nossa liberdade se extinguiria. Por isso, é necessário preservar o equilíbrio dos ecossistemas e universalizar o acesso de todas as pessoas aos bens e serviços requeridos à realização ética de suas liberdades, conforme o estágio já alcançado de desenvolvimento das forças produtivas. Não se trata de ter acesso apenas a meios de consumo final, mas igualmente a meios de produção e aos termos de intercâmbio, para que ninguém seja explorado por outros, por não ter os meios econômicos requeridos ao seu bem viver.

A segunda condição são os fluxos de poder. Trata-se de assegurar a cada pessoa o poder de decisão em sua vida privada, nas micropolíticas do cotidiano, e o poder de participar com igualdade de condições nas decisões democráticas sobre a esfera pública, nas macropolíticas relacionadas ao Estado e à sociedade civil. Não há como adequadamente realizar-se o bem viver de uma pessoa se ela não pode decidir com autonomia sobre sua vida privada nem participar das decisões sobre a vida pública. Assim, a realização do bem viver das pessoas e comunidades requer a autodeterminação de fins e a autogestão de meios, tendo em conta as múltiplas retroações entre pessoa e comunidade, entre liberdade privada e liberdade pública.

A terceira são os fluxos de conhecimento, que integram informação, educação e comunicação. Se eu não tenho a informação relevante para decidir sobre algo, não posso exercer minha liberdade de maneira adequada. Se tenho a informação, mas não tenho a educação que me permite interpretá-la de maneira satisfatória, minha liberdade fica igualmente diminuída. Se não tenho acesso à comunicação emitida por outros e não posso comunicar o que penso, tampouco posso realizar adequadamente meu bem viver. Dado que a informação, a educação e a comunicação estão interpenetradas nos fluxos do conhecimento, os quais são igualmente condições básicas do bem viver, elas devem ser asseguradas a cada pessoa da melhor maneira possível.

Por fim, temos a condição ética: a liberdade é eticamente exercida quando promove a liberdade eticamente exercida dos outros. Se eu exerço minha liberdade de maneira ética, devo promover a liberdade dos outros, exercida igualmente de modo ético. Desse modo, devo fazer o que esteja, eticamente, ao meu alcance para que todas as pessoas tenham os meios materiais requeridos ao exercício de sua liberdade, contando, pois, com todos os recursos possíveis de serem gerados segundo o estágio já alcançado de desenvolvimento das forças produtivas pela humanidade na satisfação das necessidades das pessoas e das comunidades humanas. Devo fazer o que esteja eticamente ao meu alcance para que as pessoas possam exercer seu poder de decidir e de realizar

em sua vida privada e na vida pública; para que elas possam ter acesso à informação, à educação, à comunicação, ao acesso à diversidade de culturas e visões de mundo, em igualdade de condições com todos os demais, para que, no exercício de sua liberdade, elas igualmente promovam as liberdades eticamente exercidas dos demais.

Podemos considerar em que medida são éticas ou não as condutas assumidas em relação a essas condições analisando em que medida tais condutas contribuem para proteger e expandir ou para enfraquecer e diminuir as possibilidades de realização ética das liberdades públicas e privadas das pessoas e sociedades.

A análise da realização ou negação do bem viver em uma situação concreta permite considerar o modo como os fluxos materiais, de poder e de conhecimento realimentam as práticas de opressão e de dominação ou como realimentam as práticas de libertação, particularmente no que se refere ao modo de produção econômico, ao sistema de intercâmbio e à formação social de nossas sociedades.

O bem viver, como realização histórica, está, portanto, sempre e simultaneamente em alguma medida negado e em alguma medida realizado. Trata-se, pois, de suprimir as negações que impedem a sua mais ampla realização e assegurar a cada pessoa todos os meios requeridos para expandir o exercício ético de suas liberdades públicas e privadas.

O bem viver, como sentido de realização das liberdades, deve orientar a economia de libertação, pois a economia deve gerar meios materiais para assegurar as liberdades de todos para a realização do bem viver de cada pessoa e de todas as comunidades. E não para reduzir ou aniquilar tais liberdades e destruir os graus já alcançados do bem viver das pessoas, comunidades e nações, ao reproduzir mecanismos de concentração de riquezas, de poder e de conhecimento que expandem somente as liberdades privadas de quem acumula, em maior medida, o valor econômico socialmente produzido.

Bem viver e Sumaj Kawsay

Dez anos depois de ter sido formulado desse modo, o conceito de bem viver chegou à Assembleia Constituinte do Equador pela via da economia popular e solidária, que foi reconhecida na Constituição como um setor econômico. A expressão *buen vivir*, entretanto, foi imediatamente associada à noção quíchua de *sumaj kawsay*, até então traduzida como *buena salud*.

A Constituição do Equador, portanto, trata do regime do bem viver associando esse termo à noção de *sumaj kawsay*. Essa é compreendida como “relação harmoniosa entre os seres humanos, individual e coletivamente, e com a natureza” (Acosta, 2010, p. 8). Assim, temos aqui uma noção de bem viver que é diferente do conceito anterior, formulado no seio da filosofia da libertação no Brasil.

Cumpra salientar que o conceito de *sumaj kawsay*, como integração harmoniosa com a comunidade e a natureza, poderia levar a uma atitude de submissão a situações de dominação ao ser aplicado de forma ideológica e não utópica, pois como posso estar harmonicamente integrado em uma sociedade de exploração e de dominação?

Recordemos que o Império Inca, por aproximadamente cem anos, usou o *quíchua* como sua língua franca. Dominavam-se os povos, dividiam-se as famílias e todas elas, de diferentes culturas, se comunicavam entre si usando o quíchua (a língua runa) como língua imperial.

Então, como seria a realização prática do *sumaj kawsay* no Império Inca? Há dois verbos importantes para essa reflexão: dominar e libertar. A palavra *kamay* significa dominar, mas também cuidar e prover. Então alguém domina e, porque domina, também cuida e provê. Mas, por outra parte, nesse contexto, o que significa libertar-se? O termo usado para libertar-se é *qispiy* ou *qhispiy*, que significa escapar, fugir, mas também perdoar. Assim, alguém domina, mas provê e cuida. E o outro se liberta, porque foge ou

porque perdoa. Então, poderiam estar assim todos harmoniosamente integrados numa sociedade de opressão e ao ecossistema onde ela se assenta?

Em nossa opinião, essa formulação do bem viver – como categoria utópica, que permitiria uma crítica negativa das sociedades existentes por nelas não haver uma integração harmônica dos seres humanos entre si e com os ecossistemas – se presta facilmente a usos ideológicos, correspondendo ao que Hugo Assmann chama de linguagens comunitárias, fortemente motivadoras, mas que não têm a capacidade crítica de desvendar os mecanismos de dominação e de opressão em situações de contradição e de conflitos⁴.

Frente a isso, se estamos em uma sociedade de injustiça e de opressão, o conceito de bem viver, como o formulado no seio da filosofia da libertação, nos permite fazer uma crítica de todas as formas de dominação e, inclusive, analisar se os processos de libertação em curso não avançam também rumo a novas formas de dominação. Exemplo de emprego ideológico da noção de bem viver é afirmar, como o faz a Constituição do Equador, em seu artigo 283, que “o sistema econômico é social e solidário [...] se integrará pelas formas de organização econômica pública, privada, mista, popular e solidária”. Ora, se por economia privada se entende a que realiza a acumulação de capital com a exploração do trabalho alheio, como isso pode ser expressão do regime do bem viver ou de um sistema econômico social e solidário?

⁴Destaca Assmann que muitos discursos de libertação, “... apesar de sua pujança emotivo-motivacional, [...], padecem de uma duvidosa operacionalidade na hora da ação, e podem, por isso mesmo, ser facilmente manipulados, esvaziados e cooptados. [...] São linguagens que conseguem construir cenários utópicos (num sentido muito positivo do termo), mas tem dificuldades em organizar operacionalmente a esperança. Determinadas linguagens comunitárias (Gemeinschaft) são totalmente frágeis e até irrelevantes quando jogadas nas contradições da sociedade (Gesellschaft)”. Hugo ASSMANN. “O Desafio da Filosofia Analítica” in: Libertação-Liberación N. 1 (Ano 1), Porto Alegre jan-dez 1989, p. 79-94.

São, pois, maneiras distintas de compreender o bem viver e não se deve confundi-las ao tratar da economia de libertação.

Considerações Finais

A categoria teórica de bem viver formulada no seio da filosofia da libertação contribui para a compreensão crítica da realização concreta das liberdades públicas e privadas e da práxis de libertação, considerando suas condições de possibilidade.

A afirmação ou negação prática do bem viver estão associadas: ao modo como as pessoas e sociedades se relacionam entre si no seio da formação social existente; ao grau de acesso que elas têm em relação aos meios necessários à realização das liberdades privadas e públicas no seio do modo de intercâmbio econômico existente; à forma como esses meios são produzidos e empregados pelas pessoas e sociedades: negando o bem viver, em formas de exploração do trabalho alheio subordinado ou afirmando o bem viver, com a realização de um modo solidário e ecológico de produzir os bens e serviços necessários à expansão das liberdades públicas e privadas exercidas de modo ético.

Propõe-se, em síntese, que a solidária realização do bem-viver – como expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas – deve ser o elemento central na organização de novas formações sociais, novos sistemas de intercâmbios e novos modos de produção.

Referências Bibliográficas

MANCIE, Euclides A. 1998. “A Revolução das Redes – A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual – Artigo”. In: CEPAT – Informa, Ano 4, N. 46, p. 10-19, dezembro de 1998. Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba, PR.

ACOSTA, Alberto. 2010. “El Buen Vivir, una utopía por (re)construir”, Revista Casa de las Américas, nº 257, La Habana, febrero del 2010.



Autogestão





AUTOGESTÃO

Luigi Verardo

Autogestão como Alternativa

Ao falar de autogestão, assim como de solidariedade, deve-se ir além do nível conceitual porque, antes de tudo, são frutos de práticas inseridas num determinado espaço e tempo. Por exemplo: no século passado, na Europa, esses dois conceitos tinham conotações diferentes das de hoje por aqui.

No Brasil, no início da última década do século passado, a autogestão ressurgiu como alternativa ao desemprego e à precarização do mundo do trabalho. Ressurgiu porque não se pode deixar de considerar iniciativas anteriores, especialmente as dos anarquistas e anarcossindicalistas, anterior ao período getulista e até antes, no final do período imperial (Colônia Cecília). Então, a retomada das experiências autogestionárias se dá como perspectiva de trabalho e renda numa conjuntura nada promissora aos trabalhadores, com centenas de fábricas falindo e um crescente número do “exército de reserva”.

Se nos anos 90 a autogestão surgia como organização dos trabalhadores para recuperar empresa e garantir trabalho, alguns anos depois (a partir do Fórum Social Mundial, 2001), as iniciativas autogestionárias começaram a se integrar à crescente implantação da Economia Solidária no país. Com isso, pode-se dizer que recentemente a autogestão adquiriu maior visibilidade e ampliou seu significado, compreendendo também as organizações dos trabalhadores em empreendimentos, escolas, grupos de comercialização, de consumo e serviços.

Apesar de a autogestão representar uma resposta efetiva ao desemprego e uma alternativa à precarização do mundo do trabalho, é curioso observar que as iniciativas nesse sentido não tiveram origem nas instituições sindicais, centrais sindicais ou partidos políticos. Mesmo considerando que o novo sindicalismo nascera criticando o distanciamento dos dirigentes das entidades de classes com relação às suas bases sindicais, a história mostra que não foi dos sindicatos enquanto instituição que nasceram aquelas iniciativas autogestionárias. Elas vieram de pessoas (direção política e assessoria de movimento de oposição sindical) que atuavam em movimentos sindicais e organizações sociais, isso é, vieram de pessoas que herdaram a cultura de autonomia organizacional própria das comissões de fábrica, muito presente principalmente no Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de São Paulo.

Pelos apontamentos e cadernos que orientavam o trabalho de organização no local de trabalho, pode-se ver que era comum fazer pesquisas para conhecer a realidade econômica e organizativa das fábricas para que se atuasse de forma mais adequada. Nas pesquisas ou “radiografia”, tinha-se como central o fato de que a informação já era uma forma de poder. Por conta disso, era necessário fazer levantamento da área de negócio da empresa, perspectivas e condições de trabalho, como matérias-primas, volume de produção, forma de gerenciamento, relação e comunicação dos trabalhadores.

Para não dizer que tenha sido consequência, foi no mínimo sintomático o fato de ter surgido como alternativa a organização autogestionária para empresas em processo falimentar, no início da década de 90, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, o primeiro grande sindicato que a oposição operária sindical dirigia. Também parece não ser por acaso que as primeiras iniciativas (tentativas) de enfrentar falência e/ou desemprego através da autogestão tenham vindo de direções operárias de movimento de oposição: uma delas em Franca (interior paulista), duas em Santa Catarina e outra em Pernambuco.

Autogestão, uma definição

A autogestão é uma forma organizacional em que se combina a cooperação do conjunto dos trabalhadores nas atividades produtivas, serviços e administração com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas em determinada estrutura específica de atividade (por exemplo: empresa, escola, empreendimento formalizado ou não).

A autogestão caracteriza-se, antes de tudo, como um processo em constante construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas podem resgatar a dimensão humana do trabalho, associando no mesmo sujeito que produz o papel do que decide. Na autogestão, fica evidente que não basta figurar como sócio, integralizar cotas-partes, partilhar de resultados econômicos. Não é suficiente frequentar de tempo em tempo algumas assembleias. Na participação da autogestão, seus integrantes podem e devem decidir sobre tudo o que acontece no local de trabalho (empreendimento ou entidade): metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal, etc. Ela tem os requisitos e a potencialidade de se constituir como uma gestão plenamente democrática.

A autogestão baseia-se em duas coisas essenciais: 1) superação da dicotomia entre o poder de decidir e o dever de executar (espaço de deliberação/espaço de só execução ou poder de mando/dever de apenas obedecer); 2) existência de autonomia nas decisões da unidade em que se trabalha. Então, autogestão também significa autonomia. Autonomia tem a ver com autodeterminação e independência (in-dependência, *in* de interna). Assim, quando se fala “autonomia” quer dizer que as decisões e o controle pertencem aos que vivem do seu próprio trabalho e que compõem determinado projeto coletivo. O contrário disso e avesso ao processo de autonomia é a heteronomia, em que as pessoas ficam

expostas a dependências externas, às deliberações e às ordens de outrem. Por conta disso, contratar profissionais para administrar o negócio ou contratar mão de obra para atender a demandas, ainda que temporárias, do negócio representa risco muito sério porque facilmente promove dependência, segmentação do conjunto dos trabalhadores e alimenta a continuação da lógica da dominação. Em última instância, isso pode progressivamente comprometer a capacidade e desenvolvimento da gestão coletiva e a consequente desumanização das condições de trabalho.

As diferentes funções e existência de divisão técnica no trabalho não significa que naturalmente vá existir compartimentalização, subalternidade e desigualdade social. É bom lembrar que as diferenças, as distintas funções e especialidades permitem a complementariedade. Por isso, quando se defende a cooperação, sabe-se que ela não tem nada a ver com homogeneidade e uniformidade. Aliás, a inclusão das diferenças é o que garante a complementariedade, propiciando que a qualidade do coletivo seja de ordem superior à soma de cada uma das partes envolvidas.

Definir a atividade autogestionária como gestão democrática pressupõe, como se destacou anteriormente, a existência de razoável grau de autonomia nas decisões coletivas. Isso requer um trabalho de investimento permanente no processo de desenvolvimento pessoal e coletivo. Promover capacitação profissional (para saber fazer e responsabilizar-se pelo que se faz) é tão necessário para a sobrevivência do empreendimento ou da entidade quanto é o processo de amadurecimento dos trabalhadores para as novas relações de trabalho. Mais do que apenas informar (que, aliás, é necessário), é preciso trabalhar práticas adequadas ao relacionamento interpessoal e questões relacionadas à esfera de valores.

Como normalmente somos educados para o individualismo e competitividade, há a necessidade de “desfazer a cabeça” para visualizar novas possibilidades e ter disponibilidade (abertura) para a construção de novas práticas de cooperação e solidariedade. Assim a constituição de projetos autogestivos pressupõe um

incessante trabalho crítico tanto no sentido de saber dimensionar ou até eliminar (na teoria e na prática) o que se quer superar quanto no sentido de construir o novo que se propõe e que se deseja. Para a realização de todo esse trabalho educativo, são necessários incessantes e adequados trabalhos de acompanhamento, aprimoramento da comunicação, profissionalismo e conscientização das dimensões estratégicas dos projetos autogestionários.

Autogestão, uma nova cultura

Nas primeiras iniciativas, acreditou-se que quando pudessem assumir coletivamente seu próprio negócio os trabalhadores fariam de forma muito mais interessante que a mera reprodução daquilo que viviam no mundo do trabalho. Contudo, as experiências das centenas de empreendimentos e empresas de autogestão mostraram que o peso da herança da cultura da dominação (principalmente, subalternidade e dependência) e do preconceito persiste nas “novas” relações de trabalho.

No caso das empresas recuperadas, observamos o quanto a trajetória de lutas e de reivindicações do período anterior determinava o destino do futuro do empreendimento solidário e de autogestão. Das experiências que foram bem-sucedidas ou que redundaram em resultados satisfatórios, nenhuma delas contava com trabalhadores sem experiência de luta (de greve, por exemplo), sem experiência que provasse a importância da solidariedade de classe naquelas ações trabalhistas.

Além da história de lutas, a questão etária mostrou sua importância, sendo os mais jovens mais abertos à autogestão. Se, além da ausência da vivência solidária, fosse acrescentado o fator etário, a perspectiva do novo projeto poderia estar toda comprometida. Aliás, daqueles empreendimentos assumidos pelos próprios trabalhadores nenhum se deu com pessoas com idade próxima da aposentadoria e com pouca trajetória de luta e de busca de mudanças e inovações.

No processo de implantação sob a gestão direta dos trabalhadores, persistem elementos culturais e psíquicos que dificultam o amadurecimento individual e coletivo necessário às práticas autogestionárias. Existem atitudes que fazem lembrar a expressão bíblica “saudades das cebolas do Egito”. Por exemplo: o trabalhador antes tinha garantia da Carteira de Trabalho. Agora, não. Antes não precisava conhecer outras áreas de trabalho senão as atividades de sua seção ou de sua profissão. Agora precisa responsabilizar-se pela administração do negócio. Aliás, o conceito de “profissão” passa a ter maior abrangência. Profissional não é apenas o que recebe pelo trabalho, mas o que sabe fazer o trabalho e responde por ele e pelo resultado de sua atividade produtiva ou de serviço.

Dentro do processo de constituição de empreendimentos autogestionários, quando o trabalhador opta por participar do coletivo e começa a assumir a gestão, muitas vezes faz pela metade. De forma que continua se sentindo empregado para cobrar e reclamar e, ao mesmo tempo, acha-se com poderes (de ser chefe) para dar ordem e mandar.

Os obstáculos e as cadeias que sequestram nossas almas e nossas alegrias não estão distantes de nós: também estão em nós mesmos. Fomos educados (desde a infância, na família, nas escolas, nas empresas, nas catequeses e pelos meios de comunicação) para o individualismo, competitividade e dureza nas relações. As heranças culturais e psíquicas não nos abandonam de graça: são heranças, são marcas. Por isso, é necessário saber o que queremos e que projeto de vida nos interessa. E, a partir disso, saber o que podemos e devemos rejeitar ou deixar para trás. Com isso, teremos chance de construir o que queremos. Só seremos nós mesmos a partir do que fizemos daquilo que os outros fizeram de nós.

Como já se afirmou anteriormente, há necessidade de desenvolver espírito crítico e promover novas atitudes e sensibilização para novos valores. Contudo, nuvens escuras não se desfazem com simples brisas e tampouco aquelas coisas mais preciosas à vida são

trazidas pela aragem matinal do novo dia que tanto desejamos. É possível que as marcas individuais e coletivas nunca nos abandonem, mas identificá-las e tratá-las permite que se construa o desejável para o amadurecimento individual e para o desenvolvimento do coletivo.

O processo de libertação das determinações e de construção voltada à autonomia não se dá pela via teórica ou de forma abstrata. São resultados de novas atitudes e de novas práticas. São frutos que nascem de novo relacionamento no trabalho, no controle coletivo das atividades econômicas. É nesse sentido que a autogestão é uma escola não apenas para a economia, mas para a sociedade e para o indivíduo.

Autogestão como instrumento de transformação

Vamos falar sobre autogestão não como uma categoria absoluta, mas, antes de tudo, como um processo de construção em que um rol muito amplo de elementos deve confluir no processo de sua constituição. Combater a dependência não quer dizer que somos independentes, mas, ao contrário, que temos responsabilidades (no sentido de responder pelas palavras e ações) de ordem social (relacionais), política (poderes) e ideológica (mentalidades). Se não optamos por nenhum credo religioso, por nenhum partido político ou por nenhuma central sindical quer dizer que, enquanto organização, somos entidade política e suprapartidária. Desde nossa origem, somos partidários da solidariedade na sua acepção política: estamos nos referindo, antes de tudo, à solidariedade para com a classe trabalhadora. Solidariedade de classe, e não de forma geral e abstrata. Contudo, cada um de nós, enquanto indivíduo, graças à sua trajetória histórica, tem sua escolha e até filiação partidária, seu credo religioso e pode estar comprometido com determinada associação sindical.

Ter um projeto político significa definir parâmetros para intercâmbio e parcerias necessárias à constituição de suas metas e objetivos. Significa saber relacionar-se com partidos, sindicatos e

suas centrais, governos e órgãos estatais. Proporciona clareza na atuação em frentes políticas, como na participação do movimento nacional de Economia Solidária. A definição e o desenvolvimento de projeto político é base para estabelecer parâmetros na escolha de parcerias e critérios de comprometimento. Por exemplo: estreitar relações com quem tem compromisso de transformação social. É base, ainda, para a escolha de parceiros, porque permite avaliar as limitações (dificuldades) e qualidades (perspectivas) dos parceiros tanto quanto os limites e qualidades da própria organização.

Para conhecer um movimento ou uma entidade social e política, não basta saber de seus propósitos e ideários, é necessário, antes de tudo, avaliar sua trajetória histórica, observando a ocorrência de pontos comuns e/ou convergentes que possam confluir na construção do projeto social e político.

Autogestão e participação democrática

À medida que se começa a desenvolver a autogestão, o que se apreende e se conquista dentro do empreendimento tende a se ampliar para o resto da sociedade: uma coisa, de certa forma parece promover ou até solicitar a outra. Quem participa dentro da empresa também pode visualizar a participação em grupos de moradores, atividades políticas e sociais da cidade. Hoje existem experiências que exemplificam o papel da unidade produtiva como núcleo de irradiação ao entorno, em termos de contribuição econômica, experiência social e política. Isso estimula e abre um outro lado do relacionamento humano que hoje tanto falta, com função educativa para a cidadania e para a solidariedade. Além de propiciar a participação direta, promove o reconhecimento do sujeito como protagonista do processo tanto como indivíduo quanto como associado em grupos de interesse comum.

Além disso, o processo de autogestão promove conhecimento indispensável na área de administração do negócio. Requer

conhecimento e participação das diversas áreas que compreendem uma unidade produtiva como: ter conhecimento de contabilidade, de administração, poder acompanhar a comercialização dos produtos, saber do faturamento e dos custos, além dos aspectos mais subjetivos no tocante à política organizacional. Nisso, saber e poder estão intimamente relacionados. Na autogestão, decide-se pelo essencial. Toma-se posição sobre o que de fato é decisivo. Vota-se sobre o decisivo e sobre o que, de fato, determina a vida do empreendimento e, em certo nível, o destino de todos os associados. Isso é sem dúvida o elemento central no processo de educação para a democracia e para o exercício da cidadania. Em outras palavras, a implantação da autogestão propicia que o trabalhador, progressivamente, ultrapasse o compartimentado do setor ou da seção, comece a entender do fluxo de produção, visualize a administração, passe a controlar os números e acompanhar a comercialização. Isso significa criar condições necessárias para estabelecer relação entre o que acontece em escala micro (no empreendimento) com a administração social e política, com a vida econômica da sociedade, além de poder entender e ter condições de participar das atividades sociais e políticas. Por conta disso, é que se diz que autogestão é, antes de tudo, escola da democracia.

Por fim, a autogestão é um processo vivo no qual tanto o trabalho quanto o relacionamento interpessoal devem caracterizar-se como atividade essencialmente humana, de forma que os sujeitos possam exercer sua **atividade de forma prazerosa**, sem que se dissociem a produção e a deliberação. Afinal, produzir e decidir são partes integrantes do processo de trabalho e de vida.





Território e Economia Solidária: relações importantes para a construção do desenvolvimento sustentável no Brasil





Território e Economia Solidária: relações importantes para a construção do desenvolvimento sustentável no Brasil

*Regilane Fernandes da Silva
Manoel Vital de Carvalho Filho*

A relação da Economia Solidária com a promoção de desenvolvimento sustentável de territórios urbanos e rurais é um debate que representa o próprio cerne da Economia Solidária, embora sua tradução nem sempre se encontre explicitada no seu conceito amplamente divulgado. Para entender isso, vamos buscar aqui inicialmente fazer um breve resgate de como os conceitos de Economia Solidária, desenvolvimento sustentável e território se encontraram para formular pauta estratégica para os movimentos sociais no Brasil.

É comum encontrarmos em documentos oficiais – seja do movimento organizado, seja de governo – a Economia Solidária (Ecosol) definida como um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo e finanças solidárias, cuja característica principal é a organização autogestionária, associativa e cooperativa do trabalho, que tem como sujeito fundamental a figura dos empreendimentos econômicos solidários (EES).

Singer (2002) nos chama atenção para o entendimento desse conceito como sendo marcado pela primeira fase histórica da Economia Solidária, que ele chama de “cooperativismo revolucionário”. Um conceito ligado ao momento em que a Economia Solidária – embora não ainda com essa nomenclatura –

desponta como caminho de resistência da classe trabalhadora à ampla exclusão gerada pela Revolução Industrial e o enfrentamento ao modo capitalista de produção.

Em outras palavras, embora a Ecosol não se limite à geração de trabalho e renda, suas origens carregam a marca da luta dos excluídos. No Brasil, não é difícil compreender por que o período reconhecido como de seu “surgimento” é exatamente os anos 80, com uma conjuntura de profunda recessão econômica, arrocho salarial e altos índices de desemprego e exclusão social.

Essas raízes nas experiências práticas de resistência da classe trabalhadora, na luta pela superação das desigualdades e da marginalização, justificam a consolidação de um conceito, que em sua formulação não consegue explicitar todo o caráter sociopolítico que fundamenta a Ecosol como estratégia de desenvolvimento local, territorial, em bases justas, solidárias e sustentáveis.

É também Singer (2002), com sua visão sempre lúcida e pioneira, que, superando a mera perspectiva de “nova forma de organização produtiva”, apresenta a Economia Solidária como concepção e prática mais aproximada do desenvolvimento local/comunitário, ao apontar a solidariedade como elemento aglutinador das forças sociais necessárias para a construção de uma sociedade mais igualitária, a partir do “microuniverso” da comunidade.

No Brasil, especialmente a partir de 2003, com a organização do movimento brasileiro de Economia Solidária – que tem no FBES, UNICOPAS, MNCR, RESF e JUVESOL⁵ sua maior expressão organizativa –, foi possível acompanhar o amadurecimento de concepção da Economia Solidária no seu reconhecimento como estratégia de desenvolvimento e na sua relação com a perspectiva territorial do desenvolvimento em bases sustentáveis.

⁵FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária; UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias; MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis; RESF – Rede de Economia Solidária e Feminista; e JUVESOL – Articulação Nacional de Juventudes e Economia Solidária.

Os principais documentos de referência do movimento de Ecosol a partir de 2003 já a reconhecem fundamentalmente como estratégia de desenvolvimento sustentável. Isso não se dá por acaso. A consolidação da Economia Solidária no Brasil, como prática de organização socioeconômica, dá-se concomitante aos avanços dos debates e acordos mundiais em torno da perspectiva sustentável do desenvolvimento, para os quais o Brasil foi um dos palcos principais.

Sem dúvida, a realização da Eco 92, no Rio de Janeiro, e a sequência de acordos mundiais dali decorrentes, sintetizaram a pressão social por um modelo de desenvolvimento que imprimisse maior equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental, inclusão e justiça social, entre outros aspectos fundamentais.

Na década seguinte, o Brasil avançou nos debates sociais e em algumas políticas públicas setoriais quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável, incorporando a valorização das práticas agroecológicas, dos processos endógenos de desenvolvimento que partem das potencialidades e forças locais, da participação social com método, das identidades e culturas locais como elemento mobilizador e aglutinador; e da dinamização econômica alinhada a processos de inclusão social, entre outros.

É fruto desse amadurecimento que, em 2003, o movimento de Ecosol consegue sua inserção nas políticas públicas federais, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). E, entre 2004 e 2011, período que se convencionou chamar “Era Lula”, a Ecosol passa a figurar no planejamento da agenda pública nacional, constando no Plano Plurianual (PPA) do governo federal como Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”.

Essa articulação foi uma perspectiva que conseguiu ser sustentada no planejamento das políticas públicas para os anos seguintes. Talvez facilitada por se ter Paul Singer à frente da então SENAES, durante os anos de 2003 a 2016. O fato é que o governo federal assumiu a Economia Solidária circunscrita no campo das políticas

voltadas à promoção de desenvolvimento, embora lhe conferindo ainda o trato de política periférica (vide PPAs 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015).

Portanto, a compreensão da relação Ecosol e desenvolvimento sustentável no Brasil é fruto de uma trajetória de longos anos, marcada por intensos debates, reflexões de dentro para fora do próprio campo de organização do movimento brasileiro de Ecosol, que chega a incidir de maneira forte nas políticas públicas. Embora não tão forte a ponto de dar à pauta um caráter de agenda central para o governo.

Já a relação da Economia Solidária com o tema de territórios e territorialidade aparece como um processo bem mais recente. E, com algum atrevimento, ousamos dizer numa trajetória inversa ao ocorrido com o tema do desenvolvimento sustentável. Isso dito porque, do ponto de vista da Economia Solidária, o tema de territórios apareceu primeiro no campo das políticas públicas, impulsionado pela luta dos movimentos sociais do campo, para só então passar a compor um debate mais substancial no seio das organizações de “linha de frente” do movimento de Economia Solidária.

Concomitante à criação da SENAES, em 2003 o governo federal havia criado, no âmbito do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), por força da pressão dos movimentos sociais do campo, que reivindicavam uma política para a agricultura familiar capaz de articular promoção de desenvolvimento sustentável com o reconhecimento e priorização de territórios rurais de identidade.

No ambiente da SDT, os territórios foram definidos como espaços físicos, socialmente construídos a partir de elementos de identidade que geram coesão social, caracterizados por critérios multidimensionais, como o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural, e as instituições políticas, e os grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente.

Tendo o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais Sustentáveis (PRONAT) como principal instrumento de política pública, a SDT desenvolveu a abordagem territorial como uma estratégia indutora de desenvolvimento que considera o território como unidade básica para a formulação, implementação, articulação e avaliação de políticas públicas.

Pode-se dizer que SENAES e SDT, por sua própria origem e pelas relações constituídas entre seus dirigentes até o ano de 2016, desenvolveram uma relação de “secretarias irmãs”, não apenas pelo fato de terem sido criadas no mesmo período, mas porque, no âmbito rural, as ações e estratégias de ambas se cruzavam no atendimento aos EES. Todavia, essas convergências de públicos e de agendas não foram suficientes para fomentar, de imediato, a articulação teórica e prática entre Ecosol e desenvolvimento sustentável com abordagem territorial.

Uma análise de como o tema de territórios foi avançando nas Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES) pode ser bastante reveladora de tal afirmação. Apesar da existência da SDT articulando, desde 2003, nacionalmente organizações do próprio movimento cooperativista, a I CONAES, realizada em 2006, com o tema Ecosol como Estratégia e Política de Desenvolvimento, traz o tema de territórios apenas em alusão à demanda por regularização dos territórios dos povos quilombolas. Então, desde o surgimento da SENAES e da SDT, três anos se passaram sem um debate mais profundo sobre a construção social de territórios como espaços de disputa de hegemonia da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento.

Ainda na II CONAES, realizada em 2010, com o tema Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável, a questão territorial é tratada muito mais do ponto de vista de reconhecimento e relação com os territórios de identidade e territórios de cidadania, das políticas do então MDA, do que como uma apropriação dos espaços sociais construídos, na disputa de projetos de sociedade.

Mesmo com essas fragilidades, no ano seguinte o governo federal atende às proposições do movimento quanto ao reconhecimento de territórios como espaços estratégicos, fazendo duas movimentações básicas. Primeiro, inserindo a Ecosol no PPA 2012-2015 no Programa Temático de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, articulando-se com a ação de quatro outros ministérios⁶. Em segundo lugar, canalizando grande parte do orçamento e das políticas da SENAES para a oferta de ações integradas de Economia Solidária a partir da abordagem territorial.

Assim, a SENAES lançou, em 2011, chamadas públicas específicas para apoio a “Ações Integradas de Economia Solidária em Territórios”, cujo resultado principal foi a ampliação de parcerias com governos municipais e estaduais, possibilitando contabilizar um total **2.275 municípios** envolvidos em ações com abordagem territorial, abrangendo territórios com recortes urbanos e rurais, e adotando o conceito de territórios desenvolvido pela SDT.

Somente na III CONAES, já em 2014 (doze anos após estar inserida na agenda pública nacional), a Ecosol brasileira se debruça em maiores debates sobre desenvolvimento sustentável com abordagem territorial, ao discutir a construção de planos territoriais, estaduais e nacional de Economia Solidária.

É importante dizer que a III CONAES assimilou muitas das perspectivas apontadas pelo FBES, na V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada dois anos antes (2012), quando o movimento afirma território como “um conceito aberto, abrangente, complexo, em construção, que deve contemplar as relações econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, etc. dentro desse território e a relação com outros movimentos sociais”.

E, ainda, como espaço em que se articulam ações em prol dos valores e princípios da Ecosol:

⁶Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Integração Nacional e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

É o espaço onde ocorrem as relações sociais, potencializando o que é comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e laços de identidade. [...] É espaço de construção da autogestão para além dos empreendimentos. (FBES, 2013, p. 51)

No entanto, tal debate ocorreu no momento em que o próprio governo federal, então comandado pela Presidenta Dilma Rousseff, enfraquecia as políticas de abordagem territorial e recuava no fortalecimento de territórios. Com todo o processo de interrupção do Governo Dilma e a retirada da Presidenta do poder em 2016, aprofundaram-se os recuos nas políticas de Economia Solidária e desenvolvimento territorial, com a extinção da SENAES e da SDT, tornando-se subsecretaria e departamento, respectivamente.

Nesse cenário, bastante adverso, cabe perguntar: qual o sentido de ampliar e aprofundar o debate sobre a construção social de territórios para a Economia Solidária no Brasil? Milton Santos (2005) nos dá luz para o entendimento dessa importância ao considerar território como lugar de possibilidades, cujo processo de habitação e apropriação oportuniza o desenvolvimento de novas sinergias que possibilitem transformações do espaço, das pessoas e das realidades em que vivem.

De fato, já na V Plenária, em 2012, o FBES sinalizava a necessidade de desenvolver uma perspectiva de território e territorialidade em que a Economia Solidária brasileira transpusesse a mera articulação com os espaços físicos homologados como tal nas políticas de governo, considerando a construção de territórios da Economia Solidária, mais como campo estratégico de disputa do que como novos recortes geográficos.

Nessa perspectiva, o FBES elencou como motivações para reorganização de sua luta a partir do território: ter o espaço comum de vivência das pessoas e organizações como ponto de partida para imersão na realidade; olhar de perto para onde as relações econômicas acontecem, possibilitando acompanhar seus efeitos e entender qual o sentido do desenvolvimento que estamos construindo; ampliar as relações e lutas dos movimentos (campo-cidade, étnicos, agroecologia, feminismo, etc.); ampliar as possibilidades de pactuação entre sujeitos, institucionalidades e políticas.

Apropriar-se do espaço social do território pode significar para a Economia Solidária a oportunidade de construção de pactos – com movimentos e organizações sociais, trabalhadoras(es) da Economia Solidária e mesmo com governos – em torno da promoção do desenvolvimento sustentável, que vai para além de geração de trabalho e renda, ao mesmo tempo que possibilita pautar políticas públicas a partir do reconhecimento das especificidades de cada realidade, aproximando o tema das políticas públicas com o cotidiano dos empreendimentos e das populações locais historicamente excluídas. E nisso reconhecer e se articular com o conjunto dos outros movimentos e das outras lutas presentes nos territórios.

Podem ser destacadas como algumas **oportunidades** da abordagem territorial para a Economia Solidária: a) defesa da Ecosol como estratégia de desenvolvimento sustentável; b) reconhecimento e articulação mais ampla da Ecosol com outras bandeiras e movimentos sociais/populares, fortalecendo seu papel político e suas possibilidades de incidência nas questões e dinâmicas territoriais; c) ampliação e fortalecimento das relações em redes de cooperação (socioeconômicas), numa ação intra e interterritórios; d) desenvolvimento de estratégias mais acertadas de dinamização econômica dos territórios a partir do debate da soberania territorial e das contribuições possíveis da Economia Solidária; e e) ampliação da força política e da oportunidade de acesso, articulação e incidência nas políticas públicas.

Portanto, faz sentido para a Economia Solidária adotar, nos processos de planejamento e organização de suas estratégias, premissas básicas da abordagem territorial: 1) o reconhecimento e valorização das identidades que fortalecem o senso de pertencimento e corresponsabilidade; 2) o reconhecimento, valorização e potencialização das forças locais (econômicas, culturais, políticas) desde que convergentes com os processos democráticos e emancipatórios; 3) a criação, fortalecimento e ampliação de mecanismos de participação e gestão social; 4) a implementação de processos de desenvolvimento via planos (planos territoriais de desenvolvimento, planos territoriais de cadeias produtivas, planos de vida dos EES), definição de projetos estratégicos e ampliação das capacidades locais pela formação e assessoramento técnico/político; e 5) a constituição de arranjos institucionais e de redes de cooperação solidária.

Por outro lado, figuram como alguns dos **desafios** da abordagem territorial para a Economia Solidária: a) os vícios da relação entre políticas públicas e identidades territoriais, em que as políticas de governo imprimem identidades, interferindo na autonomia e empoderamento dos sujeitos (individuais e coletivos) nos seus espaços de vida; b) a confusão de recortes territoriais diferentes e sobrepostos no campo das gestões públicas (municipais, estaduais e federal), que dificultam a adequada apropriação da abordagem territorial e do território como espaço vivo, de disputas e de convergências; c) a pouca apropriação ou mesmo desconhecimento da questão territorial por parte dos EES, que impacta na sua atuação enquanto sujeitos políticos, para além de suas finalidades de “negócios”; d) as poucas referências da abordagem territorial do desenvolvimento sustentável para territórios urbanos, com uma considerável carência de estratégias, metodologias e políticas adequadas às suas realidades.

É certo que, como já mencionado, vivemos hoje um contexto extremamente adverso, de redução drástica das políticas públicas de caráter emancipatório, nas quais as políticas territoriais e as de Economia Solidária estão inseridas. Portanto, falar da maior

articulação entre Economia Solidária e construção de territórios de identidade neste momento significa assumir a dificuldade de processos que não estejam ancorados em apoio público para seu desenvolvimento. São novas correlações de forças e diferentes perspectivas de desenvolvimento, de Estado e de políticas públicas que estão em jogo.

É importante lembrar que modificar uma realidade territorial, promovendo desenvolvimento, significa, sobretudo, modificar as relações sociais estabelecidas – dos agrupamentos humanos entre si, destes com a natureza ou as relações político-institucionais que consolidam visões e perspectivas de mundo.

Pelos seus acúmulos na organização de coletivos autogestionários de produção/comercialização/consumo; pelo seu acúmulo teórico-prático na organização de redes de cooperação; na construção de mercados diferenciados, via comércio justo e solidário; pelos saberes consolidados em instrumentos de organização das finanças solidárias, a Economia Solidária já conhece caminhos de apropriação territorial dos espaços, de forma a promover novas dinâmicas de interação social capazes de gerar transformações socioeconômicas.

Portanto, para esses próximos anos, apropriar-se adequadamente da perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável, tendo o território como ponto de partida, poderá ser um bom desafio a ser assumido pela Economia Solidária no Brasil, como contribuição que possa dar na soma das lutas sociais do campo e da cidade, junto a outros movimentos sociais e populares para a ampliação das práticas de democracia e do bem viver.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Série Documentos Institucionais. 2005.

_____. Referências para a Dinamização Econômica nos Territórios Rurais. Série Documentos de Dinamização Econômica. 2010.

BRASIL. Documentos de Referência para Elaboração do PPA 2012-2015, Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003-2010. Brasília, 2012.

_____. Edital de Chamada Pública SENAES/MTE nº 004/2012. Apoio e Fortalecimento de Redes de Cooperação Constituídas por Empreendimentos Econômicos Solidários em Cadeias Produtivas e Arranjos Econômicos Territoriais e Setoriais de Produção, Comercialização e Consumo Sustentáveis e Solidários.

Disponível em:

<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D39E4F4B1013A511BC556656C/EDITAL%20004%202012%20-%20REDES%20DE%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20FINAL.pdf>. Acesso em 30/07/16.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Atlas Digital da Economia Solidária do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em 29 nov. 2016

CNES/MTE. Documentos Referenciais para a III Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE, 2014.

_____. Documento Final da II Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE, 2010.

_____. 2º Caderno Temático da II Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE, 2010.

_____. Documento Final da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE, 2006.

FBES. Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2013.

MANCIE, E. A. A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 220 p.

SINGER, P. I. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 7-23.

_____. Políticas públicas de economia solidária. In: Mesa-Redonda Dimensões sociais das políticas de inovação, 28/10/2005. In 29º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG).





Mulheres e Economia Solidária





Mulheres e Economia Solidária

Sandra Quintela

A Economia Solidária busca criar e recriar a economia, na prática e na teoria, de forma que ela seja centrada no trabalho, na cooperação e na solidariedade. Muitos são os conceitos utilizados para denominar esta construção: socioeconomia solidária, economia popular, economia do trabalho, humanoeconomia, etc. Por meio de diversas reflexões sobre as práticas, emergem acepções a respeito da ideia de que a economia deve funcionar centrada na valorização do trabalho livre gerido pelos próprios trabalhadores. O conceito de socioeconomia solidária coloca a palavra sócio antes de economia, como forma de explicitar que é para a sociedade que a economia deve servir. Nesse sentido, a análise etimológica da palavra economia – oikos (casa) + nomos (normas; regras) = cuidar da casa – é reforçada no conceito e na prática da socioeconomia, a qual evoca duas ideias. A primeira é que a sociedade se torne cidadã ativa, consciente e organizada em uma diversidade de formas cooperativas e associativas de produzir, comercializar, consumir, financiar, em torno dos valores da corresponsabilidade e da solidariedade, e que desempenhe o papel de sujeito principal da economia local, regional, nacional e global. A outra ideia é que a economia seja convertida em apenas um meio de busca do bem-estar e felicidade de cada cidadão/cidadã e do conjunto da sociedade/humanidade.

Sua produção material é vasta e a centralidade da discussão está na construção de reflexões sobre as inúmeras experiências de produção material e de serviços que buscam uma alternativa ao sistema do capital, além de se avançar na (re)conceituação de

termos como cadeias produtivas, trabalho, solidariedade, cooperação, autogestão, comércio, consumo, finanças, etc., buscando dar a eles conteúdo ético, justo e sustentável.

O esforço teórico de se avançar no campo da economia política redefinindo os pressupostos aporta uma quantidade infinita de eventos locais e nacionais e agora ganhou força na agenda internacional por meio das dinâmicas do Fórum Social Mundial. Desde 2001, com a realização da primeira edição em Porto Alegre e das suas versões seguintes, a articulação entre redes internacionais que trabalham o tema cresceu.

No campo das políticas públicas, apesar de estarmos acompanhando o desmonte lento e gradual do que foi construído nos últimos anos, houve a partir de 2003, desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a partir da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no Ministério do Trabalho, avanços na construção de políticas públicas em diversos âmbitos. Conceitualmente, a SENAES trabalhou considerando Economia Solidária como “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora”⁷.

Mulheres e Economia Solidária

A reflexão sobre o modo pelo qual a Economia Solidária tem contribuído para a redefinição do trabalho desenvolvido pelas mulheres ainda é bastante inicial, mas desde 2007, com a construção do grupo de gênero e depois grupo de mulheres no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, esse esforço tem sido cada vez maior e mais orgânico, buscando respostas para reflexões em torno das questões: Qual a relação entre Economia Solidária e as mulheres? De que forma a Economia Solidária responde à desigualdade entre mulheres e homens? Será que ela contribui

⁷Economia Solidária em Desenvolvimento. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília. 2003.

para contrariar a invisibilidade da economia clássica quanto ao papel das mulheres na economia de mercado?

Essas reflexões são muito importantes no sentido da visibilidade e valorização do trabalho realizado pelas mulheres, pois, como lembra Rosa Guillen:

*Historicamente as mulheres têm tido uma participação decisiva na integração e no desenvolvimento de suas comunidades e sociedades, como também na resistência aos processos de exclusão, desenvolvendo iniciativas criativas, eficientes e viáveis por baixo custo*⁸.

Nem por isso as mulheres são reconhecidas como protagonistas nas ações para enfrentar as crises econômicas e as novas faces da pobreza que se apresentam para grande parte da população dos países empobrecidos do mundo e em especial na América Latina, onde os indicadores de empobrecimento e feminilização da pobreza continuam gritantes.

Essas ações das mulheres se traduzem em experiências que vão desde restaurantes populares a cooperativas de crédito e poupança, passando por projetos para dotar as comunidades de serviços básicos. Em todas, elas se destacam na construção cotidiana de outras formas de sobrevivência.

Que impactos concretos as experiências práticas em vigor de produção, crédito, comercialização e consumo de caráter associativo e cooperativo estão tendo na economia “real”? Como elas estão (e se estão) fazendo com que a “máquina de jogar gente no lixo” – o sistema do capital – vá parando de funcionar? Como estão sendo (se estão) uma base real para a construção de sistema de reprodução material chamada por Mészáros de economia comunitária em contraposição à economia individual capitalista? Como a Economia Solidária está sendo (se é) uma reconstrução da

⁸ GUILLEN, ROSA. “Economia Solidária no Fórum Social 2002”, em Semeando Socioeconomia – nº 7. Rio de Janeiro: Pacs, 2003, p. 44.

economia centrada no indivíduo, cujos pressupostos são as estruturas hierárquicas, a divisão do trabalho, a propriedade privada e a família nuclear? Trata-se de questões que se abrem para o debate que tem cerca de duzentos anos, que encontrou nos socialistas utópicos, como Landau e Kropotkin, grandes formuladores do então nascente sistema de capital. Elas trazem à luz os desafios que se lançam neste início de século quando a sombra da incontrolabilidade do sistema do capital está cada vez mais escura.

Economia Solidária e economia feminista

As reflexões das economistas feministas podem contribuir muito para as formulações e práticas da chamada Economia Solidária. Essas economistas, como vimos, aliaram as análises oriundas da luta pela emancipação das mulheres ao questionamento sobre a posição ocupada por elas na sociedade, uma vez que são as mais pobres entre os pobres, e também sobre a invisibilidade e a importância do trabalho das mulheres na economia.

Em geral, podemos dizer que as ideias das economistas feministas e a Economia Solidária se tocam muito, são muito convergentes. O princípio é semelhante, o de perguntar: a quem atende a economia? Como é que ela pode ser útil às pessoas? Esse é um ponto de convergência importante entre a economia feminista e a Economia Solidária que, a partir da contribuição das economistas feministas, pode ajudar a ampliar o olhar sobre a Economia Solidária, se tentar analisar o papel das mulheres, sua inserção nos grupos de produção, crédito, comercialização, consumo, etc., e construir instrumentos de ação que permitam diminuir as desigualdades entre homens e mulheres.

Isso lança uma série de desafios para quem está trabalhando concretamente com Economia Solidária e pensando o papel das mulheres, especialmente o de questionar como é que estão garantidos os direitos das mulheres nesses grupos de produção. É claro que é um grupo sem patrão, sem patroa, mas como ficam a

licença-maternidade, as férias, todas as conquistas trabalhistas que se alcançaram graças à luta dos trabalhadoras e trabalhadores? Como e até que ponto se reproduzem práticas do sistema de capital? O que acontece quando uma mulher do grupo dá à luz: deve voltar uma semana depois para produzir ou não? Como outras mulheres podem criar formas para substituí-la durante a ausência dela? Pela legislação em vigor, as mulheres têm direito a quatro meses, como é que isso é garantido nos grupos de Economia Solidária? Como são as férias? Como se dá a possibilidade de ter uma remuneração extra, não necessariamente em dinheiro, no final do ano? Enfim, são aspectos fundamentais para se pensar também nos grupos de Economia Solidária, a discussão dos direitos trabalhistas é importante, principalmente para as mulheres.

Outro desafio que as economistas feministas trazem para a Economia Solidária é visibilizar as formas econômicas de sustentação material da vida praticada pelas mulheres e ver de que maneira elas se transformam em algo concreto buscando seu bem viver.

Afinal, para responder a perguntas sobre qual economia se está querendo construir, que outras formas de relações sociais estão sendo construídas a partir dessas experiências em andamento, é preciso desvelar o trabalho que as mulheres desenvolvem no campo da chamada Economia Solidária. Isso pode muito bem apontar maiores convergências entre esses dois campos de trabalho – movimento feminista e os da Economia Solidária – para a construção de uma economia política de outra qualidade. Aliar o horizonte que nos aponta o movimento feminista de igualdade, a autonomia das mulheres e a superação das relações de poder dos homens sobre as mulheres, com o horizonte da Economia Solidária de superar o sistema econômico centrado no capital por outro sistema centrado no trabalho autogerido, capaz de impregnar com práticas cooperativas, dialógicas e solidárias as relações entre as pessoas no processo de produção só fará com que se possa de fato construir aqui e agora uma igualdade substantiva entre homens e mulheres, trabalhadoras e trabalhadores. Construir um sistema

econômico diferente, que garanta que a sociedade tenha o domínio sobre as riquezas, e não as riquezas sobre a sociedade, e que assegure também outra qualidade nas relações entre homens e mulheres uma vez transformadas as relações interpessoais.

As riquezas materiais, imateriais, mercantis e não mercantis estão aí produzidas. Foram trabalhadoras e trabalhadores desse mundo que as construíram, e o sistema do capital é quem se apropria delas e define o que é e o que não é valioso. Por isso, é urgente e necessário pensar e praticar outro modo de funcionamento da economia que garanta a sustentação material da vida: moradia, saúde, educação, comida, roupa, transporte, o mínimo necessário para viver com tranquilidade. Dentro do cenário atual, isso não é possível. No sistema do capital, a massa das(os) trabalhadoras(es) estará fadada a ser matéria-prima para a máquina de jogar gente no lixo.



Mulheres negras – nossos
passos vêm de longe...





Mulheres negras – nossos passos vêm de longe⁹..

Conceição Evaristo

Magníficas

Clementinas, Carolinas, Margaridas, Sebastianas, mulheres cujas experiências doloridas não paralisaram a vida. Sabiam que onde amalgamavam os códigos da existência estavam impressas a coragem, altivez espiritual. Mulheres ancestrais que, com a força de suas expressões, derrubaram a clausura do opressor, abriram portas, botaram a boca no mundo. Revelando-nos que as opressões não detêm o domínio sobre os sentimentos.

*Matriarcas negras,
Nossas Senhoras!¹⁰*

Se, para determinadas mulheres, as primeiras lutas começaram no âmbito doméstico, no enfrentamento da tutela dos homens da família, que as “protegiam como sexo frágil”, para outras, as mulheres africanas escravizadas e suas descendentes, a luta se inicia no processo da escravidão. Essa afirmativa é corroborada pela observação de Sueli Carneiro ao indicar a necessidade de pensarmos as lutas específicas das mulheres negras. Carneiro observa que as mulheres negras nunca foram vistas como corpos frágeis, rainhas do lar, heroínas românticas, musas inspiradoras,

⁹Nossos passos vêm de longe” é uma referência ao O Livro da Saúde das Mulheres Negras, Rio de Janeiro, Pallas, 2006.

¹⁰ CRUZ, Ana. “Magníficas” in Guardados da Memória, Niterói, edição da autora, 2008.

etc., e sim como “corpos” a serem tomados para o trabalho. Desde a escravidão, as mulheres negras, até os dias atuais, estavam e estão nas ruas, nas mais diversas funções.¹¹

A violência sofrida pelas mulheres negras acontece não só em nível simbólico, mas incide diretamente sobre a vida delas. Dados sobre a feminização da pobreza no Brasil revelam que a maior incidência de carência econômica e de todas as consequências advindas dessa condição recai sobre as mulheres negras. São essas mulheres que majoritariamente trabalham em mercados informais ou em serviços domésticos, recebendo os mais baixos salários. A ocupação doméstica da maioria das mulheres negras e o processo contínuo de subalternidade histórica enfrentado por elas foram comentados enfaticamente por Lídia Avelar Estanislau. Relembrando a situação das africanas e de suas descendentes escravizadas, sob o mando das sinhás do passado, Estanislau diz: “A negra é coisa, ‘pau para toda obra’, objeto de compra e venda em razão de sua condição escrava, mas é objeto sexual, ama de leite e saco de pancada das sinhazinhas, porque além de escrava é mulher”. Deixando entrever a luta diferenciada da mulher branca e da mulher negra, a autora confronta o lugar social da patroa e da empregada, permitindo uma discussão da continuidade das relações de mando, de poder de umas mulheres sobre as outras ao longo dos tempos. Para Estanislau, “as sinhás e as sinhazinhas foram, e ainda são, a versão doméstica e feminina do feitor para as mucamas, cozinheiras, quitandeiras, lavadeiras, bordadeiras, costureiras, engomadeiras, amas de leite, faxineiras”.¹²

¹¹ CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, in *Racismos Contemporâneos*, Rio de Janeiro, Takano Editores, 2003.

¹² ESTANISLAU, Lídia Avelar. “Feminino Plural” in *Brasil Afro-Brasileiro*, (org) Maria Nazareth Fonseca, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

Entretanto, foi preciso (e continua sendo necessária) a presença da trabalhadora doméstica para que as feministas e as mulheres de classe média possam deixar a casa se afirmando profissionalmente no mercado de trabalho. E, paradoxalmente, a mulher subalternizada, enquanto trabalha, em um lar que não é o seu, enfrenta ainda a luta para fazer valer os seus direitos como trabalhadora inserida em uma categoria profissional.

Lélia Gonzalez, uma das mais lúcidas feministas negras, ainda na década de 70 questionou corajosamente o movimento feminista liderado pelas mulheres brancas. Em suas trocas e confrontos com o movimento feminista, ela reconhecia a importância desse movimento para as mulheres em geral. Entretanto, apontava o contrassenso do movimento branco feminista de orientação eurocêntrica. Com veemência, Lélia Gonzalez, mesmo sendo acusada de estar dividindo o Movimento de Mulheres, lúcida e corajosamente apontava a incoerência das mulheres brancas, que, vítimas de uma cultura patriarcal, exerciam as mesmas formas de dominação sobre as mulheres negras.

Lélia Gonzalez dá ainda um passo fundamental ao Movimento de Mulheres Negras. Ela busca incorporar as vozes das mulheres da favela e da periferia, das domésticas, enfim, das mulheres subalternizadas. E, quando essas mulheres chegam à instância de representatividade dentro do Movimento de Mulheres ou então se colocam como participantes de outros atos políticos, feministas que não tinham ainda incorporado as discussões de raça em suas reflexões tendiam a ignorar ou mesmo silenciar as vozes das mulheres negras. É na reflexão e na atuação política, inclusive dentro de partidos, assim como no Movimento de Mulheres e no Movimento Negro, que Lélia González propõe e efetua práticas orientadoras para construção de feminismos plurais que pudessem abarcar as demandas das mulheres negras, reconhecendo as nossas próprias diversidades.¹³

¹³ Lélia Gonzalez – “Mulher Negra” in Guerreiras da Natureza – (org) Elisa Larkin Nascimento. Coleção Sankofa 3, São Paulo, Selo Negro, 2008.

Um olhar sobre a condição da mulher na sociedade brasileira, se considerar fatores como cor e classe social, nos permite constatar que, se por um lado, as reivindicações das feministas brancas das classes de maior poder aquisitivo foram respondidas, permitindo a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, as mulheres negras e pobres tiveram poucas ou quase nenhuma de suas demandas efetivamente resolvidas.

Entretanto, apesar das condições adversas que as mulheres negras vêm secularmente enfrentando, elas tiveram papel ativo na formação da identidade brasileira. Desde o período colonial, marcaram a construção socioeconômica e cultural do país e foram forças cruciais para as conquistas de direitos das brasileiras. As lutas travadas pelas mulheres contra o racismo e o desmascaramento do mito da democracia racial têm conquistado o envolvimento e o comprometimento de outros setores da sociedade civil organizada.

Ao longo do tempo, desde as nossas ancestrais, as africanas aportadas forçosamente no Brasil se organizaram em movimentos de resistência coletiva. Como exemplo de enfrentamento e de organização de mulheres negras diante do poder patriarcal, tenho citado uma história que ouvi no interior de minha família.

“Maria Filomena da Silva, nascida em 11 de agosto de 1911, contava que na sua juventude, junto com outras mulheres jovens, trabalhava na roça, no interior de Minas. Porém, em dado momento, os fazendeiros começaram a recusar a dar trabalho para as mulheres, alegando que o trabalho delas era menos rendoso do que os dos homens. Essas mulheres se organizaram em grupo e começaram a trabalhar em mutirão. Juntas preparavam a terra, juntas plantavam, colhiam, isto é, sempre juntas faziam a empreitada da ocasião e os trabalhos delas começaram a render mais que o trabalho dos homens. Os fazendeiros, diante da evidência do lucro, voltaram a contratar o serviço das mulheres.”

Creio que essa história, acontecida nas proximidades dos anos 30, é bastante ilustrativa das táticas de sobrevivência de mulheres negras diante do poder patriarcal. História essa que não está escrita nos documentos históricos das organizações de mulheres mineiras e muito menos na história do feminismo brasileiro.

Diferentes formas de lutas vêm congregando as mulheres negras ao longo do tempo. Nossos passos vêm de longe. Organizações religiosas, atividades profanas e festivas, constituição de sociedades secretas ou públicas, inserção em movimentos reivindicatórios, em sindicatos, em movimentos e partidos políticos, etc. Tudo se constituiu e vem se constituindo como espaço de enfrentamento, de resistência contra o regime escravista da época e contra a herança patriarcal e racista de hoje.

E, nas últimas décadas, nossas formas de enfrentamento vêm incorporando cada vez mais uma batalha no campo simbólico, mas não menos político, pelo contrário. Buscamos o direito de poder dizer, escrever, ler, tomar e dar conhecimento de nossas histórias.

Jurema Werneck propõe uma leitura dos movimentos de resistência das mulheres negras da África à diáspora, reconhecendo as lideranças desses movimentos como “mulheres lalodês”. Tal nomeação tem o seguinte significado, explicado por ela mesma: “lalodê é uma palavra de origem ioruba, nome dado a Oxum, orixá feminino, da teogonia Nagô que foi transplantada para o Brasil. É também uma alusão às mulheres que se tornam “emblemáticas por suas lideranças políticas femininas de ação urbana”. lalodês são, ainda, mulheres, acrescenta Werneck, que, a partir do lugar em que se encontram, marcam presença, por meio de suas narrativas corporais e orais, em exercício constante de afirmação, digo eu, de nossas identificações de mulheres negras.¹⁴

¹⁴ WERNECK, Jurema. “De lalodês e feministas – reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe (2005)”.





**A juventude na Economia Solidária:
reflexões sobre engajamento e participação**





A juventude na Economia Solidária: reflexões sobre engajamento e participação

*Daniela Rueda
Webert da Cruz Elias*

Condições marcadas pela pobreza se agravam na vida da juventude brasileira. A vulnerabilidade, por muitas vezes, faz com que meios ilícitos e/ou precários de conseguir recursos seja a solução mais espontânea encontrada no cenário econômico, político e social no qual vivemos.

O desemprego e as péssimas condições de trabalho são questões muito presentes e preocupantes na realidade das juventudes que sofrem com as exigências do jogo econômico vigente. A Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2009, diagnosticou que uma grande parte da juventude brasileira apresenta muitas dificuldades em conseguir uma inserção de qualidade no mercado de trabalho. Dessa forma, a crise vivenciada pelo Brasil após golpe jurídico-parlamentar em 2016, coloca essa faixa etária ainda mais na contramão do acesso aos direitos, seja pela flexibilização irrestrita, seja pelo acesso à previdência.

A Economia Solidária é uma filosofia que propõe uma práxis para se chegar a outro mundo possível. Isso é, uma proposta que se baseia a partir de princípios não capitalistas de cooperação, autogestão e solidariedade com o objetivo de estabelecer e construir outra dinâmica do mundo do trabalho através da constituição de empreendimentos econômicos solidários, com organização produtiva e autogestão coletiva dos meios de produção. Em prática, essa teoria evidencia diversos desafios para se chegar a esse processo, com a reestruturação das produções, articulação visando a compra, venda, troca e a associação em variados campos a partir de seus princípios. No país e no mundo, a vivência com Economia Solidária é realidade em diversas comunidades e grupos que foram capazes de entender e produzir dinâmicas locais integrativas.

O movimento vem ao longo de 14 anos de atuação aglutinando em suas práticas diversas experiências e perspectivas de atuação, mas ainda percebem e contam pouca participação da juventude. O movimento mais tradicional aglutina muitas experiências da agricultura familiar no campo e do artesanato e alimentação nos espaços urbanos.

Existem muitos discursos que tratam de uma juventude desinteressada pelo tema, ou mesmo que colocam os jovens como acomodados. Entretanto, muitos dos integrantes do movimento iniciaram suas experiências no tema a partir da universidade, que é um espaço no qual existem experiências envolvendo a Economia Solidária enquanto extensão, através das incubadoras de cooperativas populares com os estudantes, jovens em sua maioria. No ensino fundamental e médio pouco se discute ou nada se fala de Economia Solidária. Um grande desafio do movimento é alcançar faixas etárias infantis e da adolescência. Outro problema é tratar a juventude no singular, sem perceber toda uma diversidade intrínseca a esse grupo na sociedade que soma em torno de 35% da população, pessoas com idade entre 15 e 29 anos, e das diferentes fases e contextos em que esse grupo se inclui.

O trabalho na sociedade capitalista insere as pessoas “naturalmente” na lógica da competição. Na escola, nos próprios espaços de trabalho, na grande mídia e em outros diversos meios, a lógica da sobrevivência ainda está intimamente ligada ao individualismo. Grande parte da juventude pauta sua vida através da geração de emprego, que, enquanto política pública, foi a mais propagada, ou na formação empreendedores, política que cresceu nos últimos anos através da política de Microempreendedor Individual – MEI. Como a juventude poderá conhecer a Ecosol e optar por ela como lógica de trabalho se o mercado de trabalho tradicional ainda é a possibilidade mais enaltecida e o movimento por outra economia aposta em segmentos pouco atrativos para esse grupo?

As estruturas compreendidas pelo movimento como os empreendimentos econômicos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestão pública organizada em rede, alinhada com a perspectiva da política pública, se fecham num elo que pouco evidencia as suas ações. Já as juventudes se organizam em diversas perspectivas e também atuam desorganizadamente. Nesse sentido, pensar cultura, tecnologia e comunicação é fundamental para estruturar um diálogo certo com os movimentos que a juventude protagoniza no século 21.

Nos diversos mapeamentos que se seguiram ao longo dos últimos 14 anos na Economia Solidária, em que se construíram a perspectiva para pensar a gestão pública para esse tema, os segmentos mais alimentados nesse processo foram o de artesanato e agricultura familiar. Nesse sentido, a juventude está presente, mas não se encaixa e se configura apenas nesses espaços. Além disso, muitos se aglutinam em lutas transversais, como a racial, LGBT+, gênero, que são movimentos importantes, mas que não pautam em si a construção de novas relações de trabalho no âmbito econômico. Além disso, muitos podem compor as articulações dos fóruns de Economia Solidária, mas não estão em espaços de liderança ou de protagonismo, isto é, muitos desses espaços conhecidos do movimento não estão direcionados para o público juvenil.

O Estatuto da Juventude, conquista histórica do movimento organizado da juventude brasileira, descreve os direitos dessa comunidade. Até o final dos anos 90, havia poucas políticas voltadas a essa faixa etária exclusiva. A legislação que embarcava uma parcela da juventude é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que abraçava os jovens de 15 a 18 anos incompletos. Para se pensar o movimento de Economia Solidária para a juventude, é preciso compreender as complexidades dessa faixa etária na qual essas pessoas estão inseridas: grandes descobertas, escolhas, desafios, o que envolve entender-se no mundo em relação a carreira, a profissionalização, a sonhos, a educação, a sexualidade, entre outras questões.

Muitos olhares de Economia Solidária no Brasil já perceberam que o movimento precisa se reinventar. O movimento ainda caminha com público predominante de mulheres acima de 45 anos, e muitas escolhem esse caminho como complemento de renda ou atividade ocupacional por diferentes motivos. Talvez a Ecosol não precise focar sua energia em ter mais público para se fortalecer, mas sim para abrir olhares para novas maneiras das pessoas se reconhecerem, promoverem e protagonizarem a cultura da solidariedade em suas práticas.

Atualmente a discussão em torno do desenvolvimento justo e sustentável é pautado fortemente pela juventude, assim como enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais disputado com criatividade. Também existem experiências que praticam solidariedade, mas muitas vezes não com o nome de Economia Solidária. A cultura é a chama íntima que movimenta as periferias, o campo e grandes centros urbanos com presença da juventude. O que é e o que não é solidariedade também é uma questão que o movimento de Ecosol precisa amadurecer ao se discutir a identidade dos grupos que participam, por exemplo. A complexidade/diversidade de organização/desorganização da juventude cabe nos formatos hoje utilizados nos fóruns? São apenas empreendimentos econômicos solidários, entidades de

assessoria e fomento e gestão pública? Talvez essa pergunta seja fomentadora de vários processos estruturais em uma nova cartada de mobilização.

É preciso falar também de alguns passos já realizados dentro das articulações da Ecosol, a exemplo da Rede Juventude e Economia Solidária – Juvesol. Essa rede é uma articulação formada desde 2015 com a proposta de fortalecer o trabalho associado na perspectiva da juventude, em especial fortalecendo as cadeias produtivas da cultura, comunicação e tecnologia. O objetivo da ação é fortalecer a Ecosol enquanto perspectiva possível para a construção de trabalho associado e coletivo numa perspectiva mais humana.

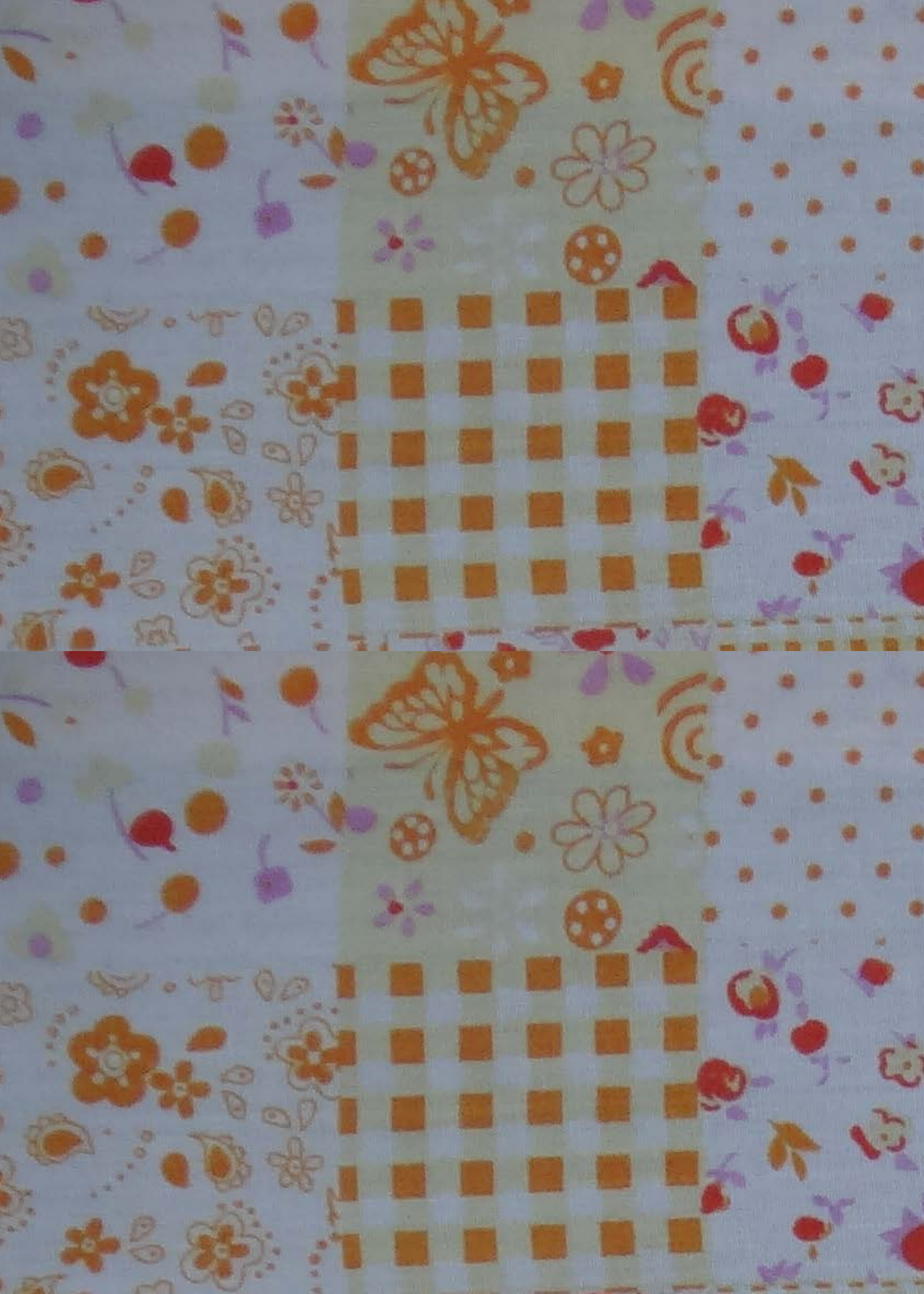
A Juvesol entende que o trabalho é um meio de emancipação humana, e valoriza as práticas sociais, culturais, educativas e econômicas que estão organizadas sob a forma de autogestão, como as cooperativas, associações, clubes de troca, feiras locais, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo responsável. Nessa rede, participam algumas experiências que intervêm ações envolvendo cultura e juventude. O Movimento Cultural Mercado Sul Vive, em Taguatinga (DF), através de suas ações na ocupação de 8 lotes privados, realiza uma série de ações, nas quais a autogestão e a Economia Solidária são elos para a construção e efetivação do direito à cidade. O Festival Percurso, promovido no bairro do Campo Limpo, periferia da região sul de São Paulo, dialoga com a sociedade sobre cultura periférica e dos povos tradicionais e a “Economia Solidária”, conceito empregado no Banco Comunitário União Sampaio. Essas são algumas experiências que, a partir da potencialização da cultura, têm inspirado e produzido ações nos territórios.

A Economia Solidária é uma possibilidade concreta para a juventude contra a lógica formal de trabalho precarizado, através do fomento ao trabalho associativo, cooperativo, autogestionário e solidário, e do questionamento do capitalismo de uma forma geral, enquanto sistema político, econômico e social dominante que perpetua a exploração e a desigualdade econômica, social e cultural. Entretanto, é preciso desburocratizar o movimento de Economia Solidária. Talvez o movimento não seja apenas de pessoas “velhas”, e sim de metodologias antigas que precisam cativar mais, atualizar e agregar maiores possibilidades de mobilização, incluindo pessoas que ainda não estejam organizadas no movimento para participar de ações e atividades da Economia Solidária. Construir uma cultura de respeito e olhar geracional é fundamental.

As juventudes contribuem e sempre contribuíram para a construção de uma nova sociedade. É preciso gerar alternativas e novas posturas frente a um mercado capitalista, e agora a uma política que prega o estado mínimo, e que possamos construir respostas às necessidades humanas mais intrínsecas. Nossa era é digital, é necessário olhar para isso e compreender a relação juventude e tecnologias contemporâneas e suas linguagens. É no diálogo sobre a nossa cultura que conseguiremos emancipar nossos sonhos de um novo mundo possível. Trabalhar com solidariedade é um ato político. Conseguir se desamarra das práticas que já não dão respiro, também. E isso vai conferir, com certeza, uma identidade mais autêntica e dialógica para o movimento de Economia Solidária no Brasil.



A estratégia democrático-popular





A estratégia democrático-popular

Euclides André Mance

Introdução

A estratégia democrático-popular, elaborada no seio da esquerda brasileira na década de 1980, tem sua formulação inicial marcada por aquele momento histórico. Na década seguinte, ela foi aperfeiçoada em vários aspectos, com a elaboração coletiva sobre os desdobramentos de sua própria execução pelos atores do campo democrático e popular. Em síntese, ela apresenta uma alternativa às estratégias originárias da socialdemocracia e da ditadura do proletariado para a construção de uma sociedade socialista¹⁵.

A partir do final dos anos 90, entretanto, essa estratégia foi gradativamente abandonada pelos setores hegemônicos da esquerda em nosso país, em favor de composições pragmáticas cada vez mais amplas com os então chamados setores progressistas do empresariado nacional. A fragilização do campo democrático-popular, resultante desse abandono, facilitou a consumação do golpe de estado jurídico-parlamentar de 2016.

Nas páginas deste artigo, apresentamos apenas alguns elementos gerais e introdutórios ao tema.

¹⁵ Um dos primeiros documentos de elaboração coletiva em que ela é abordada em suas linhas gerais e pode ser tomada como ponto de partida para sua posterior problematização e crítica constitui-se das Resoluções Políticas do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em dezembro de 1987.

Democracia e Socialismo

Ao longo do tempo, a democracia assumiu diversas formas de realização histórica. Embora signifique etimologicamente o poder (kratos) do povo (demos), geralmente as formas de intermediação para a sua realização institucional são marcadas por contradições entre classes sociais, nas quais o poder do Estado não é, em maior medida, posto a serviço do interesse público – isto é, do povo, do bem comum, do bem público – mas a serviço de interesses privados das classes economicamente dominantes que o hegemonomizam.

Contrapondo-se ao uso do Estado pelas forças do capital, os setores populares da sociedade civil em diferentes países – isto é, a população organizada em movimentos sociais, entidades e partidos que defendem projetos políticos e sociais que atendam aos interesses das classes trabalhadoras e da maioria da população em geral, particularmente das populações mais empobrecidas, vulneráveis, excluídas e negadas em sua dignidade humana – conformam o que se pode denominar como campo democrático e popular. Construindo e consolidando o poder público não estatal – isto é, o poder do povo, o poder popular –, buscam ampliar sempre mais a participação institucional das classes populares na definição e gestão das políticas públicas, estatais e não estatais, através de mecanismos como fóruns, redes, plenárias, conferências, conselhos, orçamentos participativos, plebiscitos, referendos, etc.

Busca-se, portanto, a consolidação da democracia e a sustentação das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas de todos, sob os aspectos econômico, político, social e cultural, assegurando-se, entre outras coisas, a liberdade de pensamento, de expressão e de organização, a pluralidade de partidos políticos e de representação, a composição solidária das formas de apropriação pessoal, associativa e pública de meios produtivos e de intercâmbio, a defesa da autogestão dos trabalhadores e de suas comunidades para o desenvolvimento sustentável de suas iniciativas e de seus territórios, a educação permanente de todos, a

transparência e o acesso público à informação de qualidade e a democratização da comunicação para tomadas de decisão criteriosas e bem fundamentadas.

Diferentemente da socialdemocracia ou da ditadura do proletariado, que aspiram reformar ou revolucionar o modo de produção capitalista e sua formação social pelo uso hegemônico dos aparelhos de Estado, a estratégia democrático-popular, numa de suas vertentes, assenta-se em tecer, consolidar e expandir o poder público não estatal a partir do setor democrático e popular das sociedades, com suas redes econômicas, de poder e de conhecimento, que vão transformando as relações econômicas de produção, intercâmbio, consumo e financiamento, as relações políticas e culturais da sociedade numa perspectiva libertadora, introduzindo e expandindo em todos os espaços possíveis os elementos de um novo modo de produção, autogestionado pelos trabalhadores e por suas comunidades, de um novo sistema de intercâmbio, fundado no valor de uso satisfatório das necessidades humanas, e de uma nova formação social, substantivamente democrática.

Somente acumulando forças cada vez maiores no seio da sociedade civil em torno de eixos estratégicos de luta, que se materializam em formas de ação direta – nos campos econômico, político e cultural –, de elaboração de políticas públicas e de confronto com o Estado ou de participação institucional estatal, torna-se possível ampliar o poder popular no controle interno dos aparelhos de Estado. A eleição de governos democráticos e populares, como consequência desse acúmulo de forças convertido em poder popular, tem por objetivo central – com a ampla participação institucional dos setores democráticos e populares – desprivatizar o Estado, colocando-o a serviço do interesse público e da proteção do bem comum, suprimindo, pois, a sua subordinação aos interesses do capital.

Poder Público Estatal e Poder Público Não Estatal

A distinção qualitativa realizada na estratégia democrático-popular entre força e poder, entre acúmulo de forças e conquista do poder, mantém uma distinção clássica entre sociedade civil e Estado. Entretanto, é um equívoco considerar que a conquista do poder se refira exclusivamente à conquista do controle dos aparelhos de Estado, pois o acúmulo de forças na disputa de hegemonia não visa apenas ao controle desses aparelhos, mas à real transformação da sociedade como um todo, seu modo de produção, seu sistema de intercâmbio e sua formação social.

Como o novo modo de produção e de intercâmbio deve ser organizado por livres produtores associados, eles estão na base do novo poder público que se constrói. A livre associação dos produtores é elemento central da Economia Solidária, cujo caráter transformador se revela quando é praticada como economia de libertação, e não apenas como forma de sobrevivência ou de resistência.

Assim, o poder do povo, o poder popular, o poder público é a base fundante da democracia, que sustenta e protege as liberdades públicas e pessoais de todos, e não os interesses do capital. Quando a acumulação de forças na sociedade civil resulta em organizações sociais de caráter permanente, democraticamente autogestionadas pelos seus participantes com uma perspectiva de libertação da classe trabalhadora para a realização de tais liberdades, essa acumulação de forças resulta em poder popular. Ao atuar na defesa do interesse público, do bem comum, com autodeterminação de fins e autogestão de meios, esse poder popular se converte em expressão do poder público não estatal. A consolidação desse poder público não estatal depende da atuação conjunta e colaborativa dessas organizações, somando suas forças e seus poderes para expandir o projeto de sociedade que defendem.

A grande ilusão alimentada nas estratégias originárias da socialdemocracia e da ditadura do proletariado é que o poder está centralmente objetivado no Estado. E que, com a conquista dos aparelhos de Estado, torna-se possível efetivar a revolução socialista, pois, como a experiência histórica demonstrou, o poder de Estado, resumido ao poder exercido através dos aparelhos do Estado, é apenas uma face do exercício do poder político – entendendo-se político como poder determinado pela contradição entre classes. E que ele é insuficiente para instituir, consolidar e proteger um novo modo de produção e um novo sistema de intercâmbio, ante as pressões internas e externas do capital.

Diferentemente, a estratégia democrático-popular, em determinada perspectiva, enfatiza o papel da acumulação de forças e da construção autogestionada do poder público não estatal como condição essencial para que a eleição de governos democrático-populares resultem efetivamente no avanço e consolidação do novo modo de produção, do novo sistema de intercâmbio e da nova formação social, que vão sendo construídos e consolidados ao mesmo tempo que se travam as lutas no plano político em torno de eixos de luta estratégicos¹⁶.

Sob a estratégia democrático-popular, formulada em 1987, um governo assim eleito deve ser capaz de:

realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio [...]: é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, [...] que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; [...] a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista

¹⁶ Claro está que esse conceito de poder público não estatal nada tem a ver com o conceito de público não estatal utilizado por Fernando Henrique Cardoso e Bresser Pereira em sua política neoliberal de desestatização, que passou a transferir recursos estatais para organizações sociais de interesse público prestar serviços até então realizados pelo estado. Lei n.º 9.637/1998

em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões [...] na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular.”¹⁷

Eixos de Luta e Programa de Transição

Na definição mais elementar dos anos 1980, “acumular forças [...] é acumular experiências de lutas bem-sucedidas e acumular vitórias”.¹⁸ Uma luta bem-sucedida, entretanto, não apenas alcança seus objetivos imediatos e conjunturais, mas contribui para a realização de objetivos estratégicos e estruturais.

No aprofundamento de como articular as lutas populares dessa maneira, surgiu a noção de eixo de lutas.¹⁹ Um eixo de lutas possui quatro características básicas: mobiliza amplos segmentos sociais em sua defesa, atende a demandas imediatas desses segmentos, combate as estruturas capitalistas que geram a insatisfação dessas demandas e introduz formas pós-capitalistas de atendê-las. Como exemplos de eixos de luta, citamos apenas três: a reforma agrária, a reforma urbana e a Economia Solidária.

As reformas agrária e urbana atendem às demandas imediatas de terra para plantar e para morar, confrontam o latifúndio rural e a especulação imobiliária urbana. Mas somente se consolidam como eixos de luta se desenvolvem formas pós-capitalistas de realizar a produção e o intercâmbio dos frutos da reforma agrária, a produção autogestionada de moradias e a organização do poder popular na autogestão democrática e participativa de seu território.

¹⁷ Resoluções Políticas, página 75

¹⁸ http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/resolucoespoliticas_0.pdf

¹⁹ Mance, E. A. “Eixos de Luta e a Central de Movimentos Populares”. In: Revista de Cultura Vozes. N. 6, Ano 85 – nov-dez 1991, p. 645-671

No caso da Economia Solidária, ela somente pode ser considerada eixo de lutas quando realiza a libertação de forças produtivas. Nesse caso, ela atende a demandas imediatas de consumo, produção, intercâmbio e financiamento de iniciativas populares e solidárias. Além disso, combate as formas de alienação no consumo, a exploração do trabalho pelo capital produtivo e pelo capital mercantil, a expropriação dos consumidores pelo capital comercial na obtenção dos meios econômicos para a satisfação de suas necessidades e a espoliação pelo capital financeiro no pagamento de dívidas. Ela igualmente introduz estruturas pós-capitalistas ao realizar a produção, o intercâmbio e o financiamento de forma autogestionada por trabalhadores e trabalhadoras; ao desenvolver um novo sistema de intercâmbio compondo simultaneamente compras, trocas e dádivas, libertando a capacidade produtiva de criação de valor de uso da realização do valor de troca, que ficaria restrita aos limites de dinheiro disponíveis para o intercâmbio dos bens e serviços produzidos ou produzíveis se não entrassem em operação os mecanismos de intercâmbio não monetário e de dádivas em circuitos econômicos solidários; compartilhando, em fundos solidários de caráter público não estatal, recursos excedentes gerados na reprodução ampliada do valor, que permitem a realização da libertação das forças produtivas, com a realização de investimentos para a expansão das capacidades de produção, intercâmbio e desenvolvimento tecnológico do setor, passando a produzir não apenas bens de consumo final, mas igualmente meios de produção e novas tecnologias.

Nos anos 90, outros eixos de luta estavam em construção. Movimentos que enfrentavam a discriminação de gênero, racial, sexual e cultural vão concebendo eixos de luta buscando o atendimento de suas pautas imediatas, o combate às ideologias racistas, machistas e preconceituosas, o combate à moral autoritária e ao direito injusto que legitimam práticas opressivas contra essas populações e a afirmação de uma nova ética na sociedade civil que defenda as liberdades de todos e a afirmação de novos direitos no plano do Estado, objetivando-se em lei a garantia dessas novas condutas. Na época, aplicava-se a esse eixo de lutas o conceito de cidadania.

Estava claro para esses movimentos que a mudança desejada no exercício de poder nas práticas cotidianas no seio da sociedade – com o respeito e acolhimento da dignidade humana vivida em sua plena diversidade – não se faz pela imposição de um direito estatal, mas pelo resgate da sensibilidade ética de todos frente a dignidade humana de cada pessoa, sensibilidade essa mutilada pela cultura de dominação existente. Isso exigia, portanto, uma crítica da cultura de massas e dos elementos reacionários da cultura popular, gerando-se assim uma cultura popular que revolucionasse o capitalismo, o machismo, o racismo e todas as formas de exercício autoritário do poder nas relações micropolíticas do cotidiano. Em outras palavras, não se tratava apenas de “eliminar do cotidiano a discriminação e o preconceito, mas fundamentalmente de construir novas relações interpessoais liberadas de todos os códigos culturais opressivos, possibilitando a vazão do desejo em práticas singularizantes que, sendo incompatíveis com as dinâmicas e códigos de reprodução do capitalismo, avançassem como revolução cultural, afirmando uma nova sensibilidade ética e estética – horizonte tido como necessário a um novo projeto político”²⁰.

Assim, o programa democrático e popular não se reduz a um programa de transição no sentido clássico, isto é, “um sistema de reivindicações transitórias que parta das atuais condições e consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado”²¹.

E não corresponde ao que na socialdemocracia se denominava programa mínimo, com reformas limitadas ao quadro da sociedade burguesa, nem ao chamado programa máximo, prometido para um futuro incerto, quando seria realizada a superação do capitalismo pelo socialismo.

²⁰ Mance, E. A. “Eixos de Luta e a Central de Movimentos Populares”. In: Revista de Cultura Vozes. N. 6, Ano 85 – nov-dez 1991, p. 645-671

²¹ <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/cap01.htm>

A elaboração do programa democrático e popular é realizada pelos próprios setores democráticos e populares da sociedade civil organizada, que formalizam, em qualidade e escala, suas próprias demandas, que as reformulam dialogicamente em políticas públicas e que concebem as formas de atendê-las de maneira autogestionada, com o fortalecimento do poder público não estatal e a participação do poder estatal, quando essa participação for possível.

Assim, a natureza das demandas varia conforme variam as bandeiras de luta dos diferentes movimentos sociais-populares. A partir da explicitação coletiva dessas demandas e das interfaces que elas mantêm entre si, elas são integradas em eixos de luta estratégicos, que tanto contribuem para a unificação social das lutas como para a atividade educativa de politização da sociedade – considerando as estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais a serem superadas e as novas a serem construídas para o atendimento dessas demandas –, assim como para a intervenção política de confronto com o Estado ou de intervenção no seu próprio interior, seja pelos mecanismos de participação institucional conquistados, seja pela eleição de governos democráticos e populares que devem pautar suas ações visando reforçar e consolidar a hegemonia dos atores democrático-populares na sociedade em torno desses objetivos estratégicos.

Modo de Produção Socialista e Economia Solidária

Na década de 80, após a anistia (1979) e a organização de novos partidos, forças do campo democrático e popular concentraram esforços na organização da Central Única dos Trabalhadores e, posteriormente, na Central de Movimentos Populares. É nesse contexto que se delineia a formulação inicial da estratégia democrático-popular de construção do socialismo.

Naquela época, não havia o acúmulo, hoje existente, sobre como os empreendimentos econômicos solidários – de produção,

intercâmbio, consumo e financiamento – podem ser capazes de avançar, em seu conjunto, na libertação das forças produtivas, com a reprodução ampliada do valor econômico que eles podem realizar ao atuar de maneira colaborativa entre si; ou sobre como podem participar ativamente na organização de um modo de produção e de intercâmbio de caráter socialista, pelo contínuo desenvolvimento de suas forças produtivas em contradição com as forças do capital.

Focada na análise do funcionamento do capital e na crítica das relações capitalistas de produção, todas as formas de economia popular, familiar ou comunitária, que proliferaram a partir dos anos 80, não mereceram, inicialmente, maior atenção na estratégia democrático-popular. Elas eram agrupadas com outras atividades econômicas de pequeno porte, nas quais ocorre a exploração capitalista do trabalho subordinado, identificando-se indistintamente a esses milhões de pequenas empresas, negócios, serviços e trabalhadores autônomos com a etiqueta de *pequena burguesia*²¹, considerada, entretanto, aliada estratégica dos trabalhadores assalariados para a construção do socialismo democrático.

Afirmava-se em 1987 que:

a pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa, sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da

²¹“Os setores que chamamos normalmente de camadas médias e pequena burguesia – sendo, estes últimos, trabalhadores e também proprietários de seus meios de produção – embora tenham interesses comuns com a burguesia (por exemplo, algumas camadas de pequenos proprietários vivem da exploração do trabalho assalariado, ainda que em pequena escala) têm, também, profundas contradições com o capitalismo, que os coloca cotidianamente sob ameaça de arruinamento e de proletarização.” Resoluções Políticas, página 92.

jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo²².

Apenas no final dos anos 80 e início dos anos 90, retomando-se elaborações de diferentes matrizes teóricas e de práticas históricas de organização dos trabalhadores, vão sendo delineados na América Latina distintos conceitos de Economia Popular e Solidária, possibilitando compreender melhor as diferentes particularidades desses atores econômicos associativos em relação aos demais. Em 2008, a Constituição do Equador, em seu artigo 283, por exemplo, reconhece que “o sistema econômico se integrará pelas formas de organização econômica pública, privada, mista, popular e solidária”.

Numa das definições de Economia Solidária recorrentes na América Latina, a ênfase recai na autodeterminação de fins e na autogestão de meios pelos trabalhadores e por suas comunidades, conceito que se difunde a partir do socialismo autogestionado, praticado nas nações que compunham a Iugoslávia, após o seu rompimento com o stalinismo em 1950. Nessa definição,

“a autogestão é, antes de tudo, uma relação socioeconômica entre os homens que se funda no princípio da distribuição segundo o trabalho e não sobre a base do capital [...]. A autogestão é [...] uma categoria socialista. A mesma só pode desenvolver-se no campo da propriedade social, isto é, em relações de propriedade em que os meios de produção e o capital social não são propriedade privada do capitalista nem de

²²Resoluções Políticas, página 42.

grupos de trabalhadores de determinadas empresas, nem objeto de gestão monopólica do aparato burocrático ou tecnocrático do Estado.”²³

A noção de autogestão, amplamente difundida, refere-se à gestão dos trabalhadores sobre as atividades de produção econômica com base nos princípios de autonomia, horizontalidade, democracia direta ou delegada, revogabilidade de mandato e rotatividade de funções. Mas também é compreendida, em algumas abordagens, tanto como uma forma possível de transição para a superação do capitalismo quanto como a forma realizada do modo de produção e de intercâmbio da nova sociedade pós-capitalista.

Alguns supõem que a mera multiplicação de iniciativas de autogestão em meio ao capitalismo possibilitaria aos trabalhadores e às suas comunidades conquistar a autonomia econômica e política – a sociedade dos produtores livremente associados – sem que para isso fosse necessário realizar uma ruptura do poder político e econômico do capital, exercido por ele sobre o Estado e a sociedade. Diferentemente disso, a estratégia democrático-popular salienta a necessidade de realização dessa ruptura, como já explicitado anteriormente.

A recente retomada do debate sobre a estratégia democrático-popular em partidos de esquerda no Brasil, ao mesmo tempo que apontou limitações históricas em sua formulação original, permitiu recolher importantes aprendizados sobre os avanços e reveses das lutas da classe trabalhadora em nosso país, permitindo abrir novas e diferentes perspectivas de atualização dessa estratégia de construção do socialismo democrático.

²³Edições CLAS (Cuestiones Actuales del Socialismo). “Autogestão Socialista Iugoslava. Noções Fundamentais”. Belgrado, 1980. Apud NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. In: Outra Economia – Volumen II – Nº 3 – 2º semestre/2008, p. 28

Conclusões

Houve um importante acúmulo teórico e prático no Brasil, nos anos 80 e 90, sobre a estratégia democrático-popular para a consolidação de um poder popular, fundado na autonomia das organizações e na sua integração em ações diretas e institucionais, visando atender a demandas imediatas da população, combater estruturas de dominação econômica, política e cultural e construir um modo de produção, um sistema de intercâmbio e uma formação social socialistas.

Mas, infelizmente, os governos de centro-esquerda no Brasil, nos diferentes níveis da federação, apesar dos processos de participação popular e dos avanços sociais alcançados com as diferentes políticas públicas adotadas, abandonaram progressivamente a estratégia democrático-popular e abraçaram a estratégia socialdemocrata, de realização de um programa mínimo, circunscrito aos limites de um desenvolvimento econômico nacional, totalmente subordinado às forças do capital produtivo, comercial e financeiro, tanto nacional quanto internacional.

O que pareceu é que esqueceram que sem a consolidação de um poder público não estatal ficariam totalmente vulneráveis frente às contradições entre os próprios setores hegemônicos do capital, particularmente em meio às disputas entre o capital produtivo e o capital mercantil pela maior acumulação possível – com sua disputa na realização de lucros – da *mais-valia* gerada pelo trabalho produtivo; ou frente às disputas e alianças entre setores do capital nacional e internacional quanto aos rumos da economia do país, em função de seus interesses privados sobre os ativos nacionais.

Pareceu que se esqueceram da velha máxima socialista: que a burguesia sempre retoma no futuro com a sua mão direita o que concede no presente com sua mão esquerda, por meio de diferentes mecanismos de exploração, expropriação, espoliação e exclusão, que invariavelmente sempre atingem em cheio as classes trabalhadoras.

Referências Bibliográficas

ANAMPOS. Relatórios dos Encontros Nacionais – 1980 a 1989. Cadernos de Textos, N. 6. Cefuria, Curitiba, s.d. Disponível em: <http://solidarius.net/mance/biblioteca/anampos.pdf>. Acesso em 22/03/2017

MACHADO, João. O que foi o “Programa Democrático e Popular” do PT?

Disponível em:

[http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/O que foi o PDP.pdf](http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/O%20que%20foi%20o%20PDP.pdf). Acesso em 22/03/2017

MANCE, E. A. “Eixos de Luta e a Central de Movimentos Populares”. In: Revista de Cultura Vozes. N. 6, Ano 85 – nov-dez 1991, p. 645-671

PT. Resoluções Políticas do V Encontro Nacional. Brasília, 1987. Disponível em:

http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/resolucoespoliticas_0.pdf. Acesso em: 22/03/2017



Publicado sob licença Creative Commons - alguns direitos reservados.



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciente.



USO NÃO-COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.

Economia Solidária

Conheça
Pratique

ISBN 978-85-397-0991-5



9 788539 709915



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste

Parceiros



Fórum Brasileiro de
**Economia
Solidária**

Realização



SUBSECRETARIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO

